**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO**

**LUANNA GABRIELLA VALENCISE**

# Evolução dos indicadores sociais externos reportados no GRI por empresas em atividade no Brasil: um estudo do setor de energia

**RIBEIRÃO PRETO**

**2015**

Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Profª. Drª. Sonia Valle Walter Borges de Oliveira
Chefe de Departamento de Administração / FEA-RP

LUANNA GABRIELLA VALENCISE

# Evolução dos indicadores sociais externos reportados no GRI por empresas em atividade no Brasil: um estudo do setor de energia

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Cristina Ferreira Caldana

Ribeirão Preto

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Valencise, Luanna Gabriella

Evolução dos indicadores sociais externos reportados no GRI por empresas em atividade no Brasil: um estudo do setor de energia.

68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto.

Orientador: Caldana, Adriana Cristina Ferreira

1. Relatórios de Sustentabilidade. 2. GRI. 3. Indicadores Sociais Externos. 4. Setor de Energia.

Nome: VALENCISE, Luanna Gabriella

Título: Evolução dos indicadores sociais externos reportados no GRI por empresas em atividade no Brasil: um estudo do setor de energia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, para obtenção do título de bacharel em Administração.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.:_____Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

**RESUMO**

VALENCISE, Luanna Gabriella. Evolução dos indicadores sociais externos reportados no GRI por empresas em atividade no Brasil: um estudo do setor de energia. 2015. 68 f. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

As reflexões a respeito de questões socioambientais têm estado cada vez mais em pauta no contexto organizacional. A intensificação da globalização, o maior acesso à informação, o aumento do conhecimento sobre desenvolvimento sustentável e a responsabilidade das empresas sobre suas ações na sociedade têm colaborado para que seja necessário um posicionamento quanto ao desempenho ambiental e social, além do econômico, junto aos *stakeholders*. Neste sentido, os relatórios de sustentabilidade têm sido usados pelas organizações como ferramenta para a comunicação do desempenho econômico, ambiental e social, bem como para sinalizar os esforços que estão sendo destinados a fim de colaborar com o desenvolvimento sustentável. Dentre os diversos tipos de relatório que podem ser utilizados pelas empresas, destaca-se o conjunto de diretrizes desenvolvido pela *Global Reporting Initiative* – GRI, amplamente utilizado, tanto nacional como internacionalmente e que, devido a sua relevância, será a base para este trabalho. Dessa forma, o presente estudo busca analisar os relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas do setor de energia brasileiro, que utilizaram as diretrizes da GRI. O setor de energia foi escolhido considerando-se que possui relevância econômica e contribui para o desenvolvimento sustentável do país, além de haver um número expressivo de empresas deste setor que publicaram seus relatórios na base de dados da GRI. Será destinada ênfase à categoria de indicadores "Sociedade", que faz parte da dimensão social e diz respeito, de modo geral, às ações organizacionais voltadas à comunidade externa, relações de concorrência e medidas anticorrupção. O objetivo central é analisar a evolução dos graus de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI) e de evidenciação efetiva (GEE), considerando os indicadores da categoria "Sociedade", para as empresas do setor de energia brasileiro que publicaram seus relatórios de sustentabilidade segundo as diretrizes da GRI no período de 2009 a 2012.

**Palavras-chave:** Relatórios de Sustentabilidade. GRI. Indicadores Sociais Externos. Setor de Energia.

**ABSTRACT**

VALENCISE, Luanna Gabriella. Evolution of external social indicators reported in GRI for companies operating in Brazil: a study of the energy sector. 2015. 68 f. Monography (Graduation in Management) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

Reflections about environmental issues have been increasingly discussed in the organizational context. The intensification of globalization, increased access to information, increased knowledge about sustainable development and corporate responsibility over their actions in society have contributed to the delivery of a position as to the environmental and social performance is required, in addition to economic, to stakeholders. In this sense, sustainability reports have been used by organizations as a tool for communicating the economic, environmental and social performance, as well as to signal the efforts that are being designed to collaborate with sustainable development. Among the various types of reports that can be used by the companies, there is a set of guidelines developed by the Global Reporting Initiative - GRI, widely used both nationally and internationally and, because of their relevance, will be the basis for this research. Thus, this study looks forward to analyzing the sustainability reports published by companies of the Brazilian energy sector, which used the GRI guidelines. The energy sector was chosen considering its economic relevance and contribution to the sustainable development of the country , plus there is a significant number of companies in this sector that have published their reports in the GRI database. Emphasis will be devoted to the indicators category "Society", which is part of the social dimension and relates, in general, organizational actions directed to the external community, competitive relations and anti-corruption measures. The main objective is to analyze the evolution of the degrees of full adherence to the essential indicators of GRI (GAPIE-GRI) and effective disclosure (GEE), considering the indicators in the category "Society" for companies in the Brazilian energy sector that published their sustainability reporting according to GRI guidelines in the period 2009-2012.

**Key-words:** Sustainability Reporting. GRI. External Social Indicators. Energy sector.

## Lista de Figuras

Figura 1. Estrutura das diretrizes GRI ..... 25

Figura 2. Evolução do PIB x Consumo primário de energia – Base ano 2000 ..... 29

Figura 3. Oferta de energia elétrica por fonte - Brasil ..... 32

## Lista de Quadros

Quadro 1. Empresas em estudo ..... 35

Quadro 2. Classificações dos indicadores relatados – GAPIE GRI ..... 42

Quadro 3. Classificações dos indicadores não relatados – GAPIE GRI ..... 42

Quadro 4. Fórmula de cálculo do GAPIE-GRI ..... 43

Quadro 5. Fórmula de cálculo GEE..... 43

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Categoria de indicadores “Sociedade” nas versões G3 e G3.1 ..... 27

Tabela 2. Evolução da produção energética de fonte eólica, biodiesel e cana de açúcar em 2013 ..... 29

Tabela 3. Produção de energia primária – Composição por fontes ..... 30

Tabela 4. Oferta interna de energia – Composição por fontes ..... 30

Tabela 5. Versões das diretrizes GRI utilizadas pelas empresas em estudo ..... 36

Tabela 6. Rankings GAPIE-GRI 2009 - 2012 ..... 46

Tabela 7. Rankings GEE 2009 - 2012 ..... 48

Tabela 8. GAPIE-GRI e GEE da AES Eletropaulo no período 2009 - 2012 ..... 49

Tabela 9. GAPIE-GRI e GEE da AES Sul no período 2009 - 2012..... 50

Tabela 10. GAPIE-GRI e GEE da AES Tietê no período 2009 - 2012..... 50

Tabela 11. GAPIE-GRI e GEE da CEMIG no período 2009 - 2012..... 50

Tabela 12. GAPIE-GRI e GEE da CESP no período 2009 - 2012..... 50

Tabela 13. GAPIE-GRI e GEE da CHESF no período 2009 - 2012..... 51

Tabela 14. GAPIE-GRI e GEE da COPEL no período 2009 - 2012..... 51

Tabela 15. GAPIE-GRI e GEE da CTEEP no período 2009 - 2012 ..... 51

Tabela 16. GAPIE-GRI e GEE da EDP Brasil no período 2009 - 2012 ..... 52

Tabela 17. GAPIE-GRI e GEE da Elektro no período 2009 - 2012..... 52

Tabela 18. GAPIE-GRI e GEE da Eletrobrás no período 2009 - 2012 ..... 52

Tabela 19. GAPIE-GRI e GEE da Endesa Brasil no período 2009 - 2012 ..... 53

Tabela 20. GAPIE-GRI e GEE da CPFL no período 2009 - 2012..... 53

Tabela 21. GAPIE-GRI e GEE da Itaipu Binacional no período 2009 - 2012..... 53

Tabela 22. GAPIE-GRI e GEE da Light no período 2009 - 2012..... 54

Tabela 23. GAPIE-GRI e GEE da Petrobrás no período 2009 - 2012 ..... 54

Tabela 24. GAPIE-GRI e GEE da Tractebel no período 2009 - 2012 ..... 54

## Lista de Siglas

| | |
|---|---|
| ABRADEE | Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica |
| ANEEL | Agência Nacional de Energia Elétrica |
| BEN | Balanço Energético Nacional |
| CERES | *Coalition for Environmentally Responsible Economies* |
| EPE | Empresa de Pesquisa Energética |
| GAPIE-GRI | Grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI |
| GEE | Grau de evidenciação efetiva |
| GRI | *Global Reporting Initiative* |
| MME | Ministério de Minas e Energia |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público |
| RSC | Responsabilidade Social Corporativa |
| SO | Sociedade (Categoria de Indicadores do relatório da GRI) |
| UNEP | *United Nations Environment Programme* |

**SUMÁRIO**

**1. INTRODUÇÃO .....14**
**1.1. Justificativa..... 15**
**1.2. Problema de pesquisa ..... 16**
**2. OBJETIVOS E PROPOSIÇÕES .....17**
**2.1. Objetivo geral ..... 17**
**2.2. Objetivos Específicos ..... 17**
**2.3. Proposições ..... 17**
**3. REVISÃO DA LITERATURA .....19**
**3.1. Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social Corporativa ..... 19**
**3.2. As dimensões sociais da responsabilidade social corporativa..... 21**
**3.3. Ações externas e relações com a comunidade..... 21**
**3.4. Relatórios de sustentabilidade e as diretrizes da GRI ..... 23**
**3.4.1. Indicadores da categoria Sociedade .....26**
**3.4.2. Comparação entre as versões GRI-G3 e GRI-G3.1 com a GRI-G4 .....27**
**3.5. Setor de Energia no Brasil ..... 28**
**4. MÉTODO .....34**
**4.1. Tipo de pesquisa..... 34**
**4.2. Empresas em estudo ..... 34**
**4.3. Indicadores a serem analisados ..... 37**
**4.4. Cálculo do grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI e do grau de evidenciação efetiva ..... 41**
**4.4.1. Grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI .....41**
**4.4.2. Grau de evidenciação efetiva.....43**
**5. RESULTADOS .....45**
**5.1. Rankings do GAPIE-GRI e GEE ..... 45**
**5.2. Evolução dos graus GAPIE-GRI e GEE das organizações no período analisado ..... 49**
**5.3. Não utilização dos indicadores adicionais SO6 e SO7 ..... 55**
**5.4. Classificação dos indicadores SO2, SO3, SO4 e SO8..... 55**
**5.5. Ações praticadas em benefício da comunidade externa ..... 56**

**5.6. Questões sociais externas das empresas com altos níveis de GAPIE-GRI e GEE ..... 57**

**6. CONCLUSÃO.....60**

**7. REFERÊNCIAS .....62**

**ANEXO A. Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade GRI-G3. GRI, (2006) .....65**

**ANEXO B. Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade GRI-G3.1. GRI, (2011).....66**

**ANEXO C. Indicadores da Categoria Sociedade – versão GRI-G4 (GRI, 2013)....67**

# 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem se tornado cada vez mais notável a preocupação das empresas com questões socioambientais, bem como com a forma de tornar visível tais preocupações aos seus clientes, acionistas e demais partes interessadas. O que inicialmente foi uma resposta às pressões da sociedade, vem agora se tornando um importante valor a ser incorporado nas organizações (PERRINI; TENCATI, 2006; PORTER; KRAMER, 2011).

Com o objetivo da exploração consciente dos recursos naturais e da preservação da vida no planeta, tem se investido em formas alternativas de produção, que minimizem os efeitos prejudiciais ao meio ambiente. Além disso, tão importante quanto a esfera ambiental é também a preocupação social das organizações, ou seja, o empenho em se fazer uma gestão de recursos humanos de forma correta e justa, além de contribuir para projetos sociais em benefícios da sociedade de modo geral (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANKAS, 2009).

Além das organizações, os consumidores também estão cada vez mais informados a respeito da importância das questões de preservação ambiental e benefícios sociais, o que faz com que seja exigido um posicionamento das empresas, e que estas busquem cada vez mais maneiras para demonstrar sua preocupação socioambiental. Neste sentido, a elaboração de relatórios de sustentabilidade tem crescido, uma vez que se trata de uma importante ferramenta para comunicar o desempenho econômico, social e ambiental das empresas, além das ações que estas estão realizando em prol do desenvolvimento sustentável. Dentre as diversas formas de relatório, destaca-se o modelo de diretrizes elaborado pela *Global Reporting Initiative* – GRI, o qual tem recebido destaque e reconhecimento nacional e internacionalmente (GOND; HERRBACH, 2006; ROCA; SEARCY, 2012).

Assim, o presente trabalho tem o intuito de fazer uma análise das publicações das empresas do setor de energia brasileiro, que utilizaram as diretrizes da GRI no período de 2009 a 2012, com foco especial nos indicadores da categoria “Sociedade” - que pertence à dimensão social, além de descrever as práticas de ações sociais voltadas à comunidade externa que as empresas em estudo realizaram neste período.

A análise da evolução da publicação dos indicadores da categoria “Sociedade” da GRI será feita através do cálculo dos graus de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI) e evidenciação efetiva (GEE), de modo que se possibilite a comparação entre o que foi recomendado nas diretrizes da GRI e o que as empresas de fato publicaram (DIAS, 2006; CARVALHO, 2007).

## 1.1. Justificativa

Em vista da relevância das publicações das empresas no que diz respeito aos esforços para colaborar com o desenvolvimento sustentável, torna-se importante o estudo dos relatórios de sustentabilidade (PERRINI; TENCATI, 2006).

Consoante a isso, como o modelo de diretrizes da GRI é mundialmente utilizado e considerado o mais completo segundo o Instituto Ethos, considera-se a melhor opção como base para este trabalho (INSTITUTO ETHOS, 2014).

O período escolhido - 2009 a 2012, corresponde à utilização das versões GRI-G3 e GRI-G3.1, as quais foram amplamente utilizadas pelas empresas que publicaram relatórios de sustentabilidade no Brasil. Além disso, foi a partir de 2009 que um número relevante de empresas do setor de energia brasileiro publicaram seus relatórios seguindo as diretrizes da GRI. Assim, se fossem considerados anos anteriores a 2009, o número de empresas da amostra seria consideravelmente menor, uma vez que serão consideradas apenas as empresas que publicaram os relatórios em todos os anos do período em estudo. Também neste sentido, o ano de 2013 não foi considerado porque, neste, algumas empresas já utilizaram a versão GRI-G4, que possui diferenças estruturais significativas em relação às versões GRI-G3 e GRI-G3.1, o que dificultaria as comparações a serem feitas por este estudo (GRI, 2014b).

A relação da organização com a comunidade externa, que é analisada pelos indicadores da categoria “Sociedade” da dimensão social das diretrizes GRI, considerando as ações que são destinadas ao público externo, será objeto deste estudo por receber, muitas vezes, menor atenção do que as ações voltadas para o público interno, uma vez que, aquelas que são voltadas para o público interno trazem benefícios mais diretos e mensuráveis para as organizações (BRAGATO ET AL, 2008; PEREIRA, 2009). Além disso, a ausência de estudos prévios sobre a análise específica deste grupo de indicadores, no que diz respeito ao setor de energia brasileiro, faz com que tal escolha seja pertinente e colabore para iniciar as reflexões nesta área, considerando a relevância da contribuição das organizações na sociedade.

No Brasil, após o regime militar, que teve fim na década de 1980, iniciou-se um período de redemocratização, descentralização do poder e maior preocupação do Estado com as questões sociais. Nesse contexto, considerando-se a dificuldade do Estado em alocar os recursos necessários para promoção de bem estar a toda a população e resolver graves questões sociais como fome e falta de acesso à educação, começaram a ser incentivadas as parcerias público privadas e, a responsabilidade sobre as questões sociais, como saúde e

educação, passou a ser dividida entre o Estado, a sociedade civil de modo geral e as organizações (COSTA, 2007). Assim, as ações sociais relativas à comunidade externa passaram a ser cada vez mais exigidas das organizações como uma de suas responsabilidades, justificando a importância do estudo dos indicadores da categoria "Sociedade" presente nas diretrizes da GRI.

Em relação à escolha do setor, destaca-se a importância da coordenação das matrizes energéticas para o desenvolvimento sustentável de um país, além da contribuição expressiva para o crescimento econômico. Cabe ressaltar também que a matriz energética do Brasil é referência mundial em termos do percentual de fontes renováveis (IEA, 2013). Somado a isso, a relevância deste setor para o presente estudo vem também do fato de ser um dos setores brasileiros que possuem maior número de publicações na base de dados da GRI (MELO, 2013).

## 1.2. Problema de pesquisa

A seguinte questão foi formulada como problema de pesquisa para este trabalho: Como evoluíram as práticas de evidenciação das empresas pertencentes ao setor de energia brasileiro a respeito do seu relacionamento com a sociedade, no período de 2009 a 2012?

# 2. OBJETIVOS E PROPOSIÇÕES

## 2.1. Objetivo geral

Este trabalho tem o intuito de analisar como as empresas do setor de energia brasileiro evoluíram nos graus de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI) e evidenciação efetiva (GEE), no que diz respeito aos indicadores sociais externos - categoria "Sociedade", considerando as publicações feitas de 2009 a 2012, seguindo as diretrizes da GRI.

## 2.2. Objetivos Específicos

Este trabalho tem como objetivos específicos:

- Calcular os graus de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI) e evidenciação efetiva (GEE), considerando os indicadores sociais externos das empresas do setor de energia brasileiro que publicaram seus relatórios de sustentabilidade seguindo as diretrizes da GRI no período de 2009 a 2012;
- Analisar como foi a evolução destes indicadores;
- Descrever os tipos de práticas de responsabilidade social externa e relações com a comunidade feitas pelas empresas estudadas e
- Descrever as diferenças entre as versões GRI-G3 e GRI-G3.1 das diretrizes da GRI, com a mais recente versão: GRI-G4, no que diz respeito aos indicadores da categoria "Sociedade".

## 2.3. Proposições

Considerando a crescente preocupação das organizações em explicitarem seus esforços no que tange ao desenvolvimento sustentável, bem como a aderência cada vez maior das empresas às diretrizes da GRI para a elaboração de seus relatórios, foram elaboradas as proposições a seguir (PERRINI; TENCATI, 2006; GRI 2014b):

- Os graus de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI) da categoria de indicadores "Sociedade" apresentam tendência de aumento no período de 2009 a

2012 nas publicações das empresas do setor de energia do Brasil que seguem as diretrizes da GRI e

- Os graus de evidenciação efetiva (GEE) da categoria de indicadores “Sociedade” apresentam tendência de aumento no período de 2009 a 2012 nas publicações das empresas do setor de energia do Brasil que seguem as diretrizes da GRI.

# 3. REVISÃO DA LITERATURA

## 3.1. Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social Corporativa

De acordo com a CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser entendido como uma maneira de atender às necessidades atuais, sem que se comprometam as variadas possibilidades das futuras gerações atenderem as suas necessidades.

Também neste sentido, para Elkington (2001), a sustentabilidade traduz a ideia de que o que é feito hoje, deve ser feito de tal modo que não limite as opções ambientais, econômicas e sociais possíveis para as gerações futuras.

O termo sustentabilidade foi dividido por Elkington, em 1997, em três partes, que originaram três pilares. São eles: econômico – que prevê a execução de projetos economicamente viáveis e que tragam benefícios tangíveis para a organização e seus investidores; ambiental – visa à utilização dos recursos naturais de modo consciente e por meio de alternativas menos prejudiciais e, social – estabelecer formas justas de trabalho com colaboradores e parceiros, além da interação com a comunidade externa. Desse modo, a organização deve realizar esforços para os três pilares juntamente e, através dessa decomposição, é possível tomar diferentes decisões necessárias para uma gestão sustentável.

Assim, uma empresa que busca agir sustentavelmente necessita trabalhar em prol não só da prosperidade econômica, mas também da contribuição para a preservação da qualidade ambiental e da igualdade social (ELKINGTON, 1997).

Para Barbieri e Cajazeira (2009), uma organização que inclua em suas atividades e práticas os conceitos e objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável, utilizando-se da responsabilidade social como meio para isso, pode ser considerada como uma empresa sustentável.

A ideia de trabalhar de forma sustentável foi ganhando força no contexto empresarial devido, inicialmente, às pressões dos *stakeholders* (partes interessadas) para um posicionamento ambiental e socialmente correto por parte das organizações. Além disso, para Porter e Kramer (2011), o valor de uma organização não se restringe apenas ao seu lucro, mas ao valor que ela consegue compartilhar com a sociedade.

O termo *stakeholder*, frequentemente utilizado no contexto de sustentabilidade e de responsabilidade social corporativa (RSC), pode ser entendido como qualquer indivíduo ou grupo que afete ou seja afetado pela busca dos objetivos de uma organização, sendo que tais

indivíduos ou grupos possuem vital importância para o sucesso da organização (FREEMAN, 1984).

Em relação à responsabilidade social corporativa (RSC), foi proposto por Carrol em 1979, que seria esta a correspondência das expectativas da sociedade em relação às empresas em dado período, no que diz respeito aos aspectos: econômicos, legais, éticos e discricionários. Tal definição é ainda hoje uma das mais citadas (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

Segundo Carrol (1999), as expectativas da sociedade em relação às organizações podem ser divididas da seguinte forma:

- responsabilidade econômica: produzir bens e serviços que a sociedade demanda e vendê-los de modo a gerar lucros;

- responsabilidade legal: realizar suas atividades seguindo as regras estabelecidas pelas leis e requisitos impostos pelo sistema jurídico;

- responsabilidade ética: trabalhar com comportamentos éticos, que vão além das imposições legais e correspondem a hábitos justos e

- responsabilidade discricionária ou filantrópica: comprometer-se em ações para promoção do bem-estar das pessoas - diz respeito a normas sociais.

Para Melo Neto e Froes (2001), a responsabilidade social deve ser vista de modo diferente da filantropia, uma vez que a responsabilidade social tem como objetivo auxiliar a cidadania através de ações coletivas, necessita de gerenciamento e trata-se de uma ação estratégica da organização. Já a filantropia é uma ação individual de caridade, não necessita de gerenciamento e não presume retorno, apenas a satisfação pessoal de quem a realiza.

Segundo Griesse (2007), as empresas brasileiras iniciaram as primeiras ações relacionadas à responsabilidade social na década de 1960, motivadas por questões como o cumprimento de relações diplomáticas e pressões internacionais, além da influência católica para a realização de ações de caridade.

Em 1998, foi criado o Instituto Ethos – uma organização de empresas que tem como objetivo compartilhar o conhecimento e experiências, além de desenvolver ferramentas em prol do compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a responsabilidade social (INSTITUTO ETHOS, 2014).

De acordo com o Instituto Ethos (2007), a responsabilidade social empresarial demanda a realização de práticas de envolvimento e entendimento com os diversos públicos com os quais a organização se relaciona, de modo claro e ético.

### 3.2. As dimensões sociais da responsabilidade social corporativa

A responsabilidade social corporativa, em seu aspecto social, pode ser dividida em duas dimensões: interna e externa (SOUSA, 2011).

Segundo Sousa (2011), a dimensão social interna diz respeito à administração das relações de trabalho dentro da organização, desde o momento do recrutamento dos funcionários até a aposentadoria ou fim das atividades na empresa. Cabem aqui não só as práticas exigidas por lei, mas questões éticas, de direitos humanos e diversidade, as quais a sociedade vem valorizando e exigindo cada vez mais das organizações.

Para Melo Neto e Froes (2001), podem ser listados diversos benefícios para uma organização que utilize práticas de responsabilidade social interna. Dentre tais benefícios podem ser citados:

- maior retenção dos funcionários;
- melhoria na produtividade;
- melhorias nas qualidades de vida e de trabalho dos funcionários;
- melhoria do clima na organização;
- diminuição das abstenções e
- admiração e reconhecimento por parte dos funcionários e também da sociedade.

Já em relação à dimensão social externa, o foco está na realização de ações sociais que beneficiem a comunidade e parceiros externos, não só próximos do local onde a empresa é situada, mas em locais nos quais a organização atua de forma direta ou indireta (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Sousa (2011) definiu, a partir de suas pesquisas, algumas variáveis que devem ser consideradas quando tratamos de responsabilidade social externa:

- ações e projetos sociais (considerando o envolvimento da organização com estes);
- relação com os *stakeholders*;
- parcerias e alianças e
- divulgação de relatórios de sustentabilidade.

### 3.3. Ações externas e relações com a comunidade

Na década de 1990, iniciou-se no Brasil uma nova perspectiva sobre o papel do Estado nas questões sociais, que deveria ser, a partir de então, o de promotor de ações sociais

e capacitador da sociedade para tais fins, além da inserção de questões de governança na gestão pública. Neste contexto, a responsabilidade social passou a ser estendida para a sociedade civil e as organizações, incentivando-se o desenvolvimento local. Desse modo, as organizações passam a dividir com o Estado e a sociedade civil a responsabilidade por desenvolver socialmente a comunidade na qual estão inseridas e auxiliar no combate aos problemas sociais locais. Essa divisão de responsabilidades justifica-se pela dificuldade do Estado em alocar os recursos necessários para resolução de questões sociais em todo o território brasileiro (COSTA, 2007).

Segundo Bragato et al (2008), em estudo feito sobre as ações desenvolvidas pelas empresas sucroalcooleiras como fator compensatório às externalidades causadas, foi identificado que a maioria das ações eram destinadas ao público interno e externo ao mesmo tempo, ou apenas ao público interno, sendo uma pequena parcela do total destinada exclusivamente ao público externo. Segundo os autores, isso pode significar que as empresas do setor analisado não tinham, necessariamente, preocupações diretas com as externalidades que envolviam a comunidade, ou focavam nas ações voltadas ao público interno por acreditarem que seria apenas este o responsável pela imagem da empresa.

Também neste sentido, Pereira (2009) apontou o painel social de empresas do setor farmacêutico no ano de 2006. Em seus resultados, o autor aponta que a grande maioria dos projetos sociais das organizações estudadas eram voltados ao público interno (incluindo funcionários e seus familiares), nas áreas de educação e saúde, sendo que tais investimentos possibilitam benefícios para as próprias organizações. Já os projetos sociais voltados para a comunidade externa eram minoria, representando apenas 4% do total e estava dividido entre: campanhas de doação de sangue, causas indígenas, combate à fome, projetos agrícolas e concursos com premiações na área da saúde.

Além das ações sociais voltadas para a comunidade externa, também cabe ressaltar a questão da corrupção (também inserida nos indicadores da categoria “Sociedade” da GRI), que pode ser definida, segundo Barbieri e Cajazeira (2009), como agir de forma ilícita através da utilização do poder que possui, para obter vantagens ou influenciar os atos de terceiros, seja em prejuízo das demais empresas (exemplificando a concorrência desleal), dos seus próprios acionistas ou da sociedade de modo geral.

### 3.4. Relatórios de sustentabilidade e as diretrizes da GRI

Consoante à importância do relacionamento com os *stakeholders* e da necessidade das organizações em prestar contas sobre a forma como estão trabalhando, surge a necessidade de encontrarem-se meios apropriados para identificação e controle da forma como são executadas as atividades e quais resultados estão sendo alcançados. Neste sentido, como importantes ferramentas para este fim, vêm sendo usados os relatórios de sustentabilidade. Tais relatórios possibilitam à empresa o controle e relato de seu desempenho dentro de um período de tempo (normalmente anual) de modo global. Isso permite a consolidação do relacionamento com os *stakeholders*, uma vez que os relatórios são utilizados para atender à demanda de informação proveniente dessas partes interessadas, além da construção de uma imagem positiva para a empresa (PERRINI; TENCATI, 2006).

Segundo Gond e Herrbach (2006), é importante ressaltar a relevância da construção dos relatórios para o público interno e não apenas para o externo, uma vez que o seu desenvolvimento possibilita analisar como está o desempenho da empresa frente à sua estratégia, além da aprendizagem que é possibilitada através da realização desta autoavaliação.

A GRI é uma organização não governamental fundada em 1997 pela CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*) e UNEP (*United Nations Environment Programme*) e tem sua sede em Amsterdã desde 2002. Além disso, também possui representação em diversos países, inclusive no Brasil (GRI, 2014a).

O intuito da GRI é promover a elaboração da estrutura e diretrizes para os relatórios de sustentabilidade a serem publicados pelas empresas, de modo completo e transparente, através da interação com *multistakeholders*, que auxiliam na elaboração e atualização das versões das diretrizes. Assim, é possível que as organizações comuniquem seu desempenho e esforços em direção ao desenvolvimento sustentável, abordando os três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental (GRI, 2014a).

De acordo com o Instituto Ethos, há uma importante sinergia entre as diretrizes para elaboração de relatório da GRI e os Indicadores Ethos. Tais indicadores, elaborados pelo Instituto Ethos, compõem uma ferramenta criada no ano 2000, com o objetivo de auxiliar as empresas na sua autoavalição. Já as diretrizes da GRI constituem uma ferramenta através da qual as organizações podem relatar o que estão fazendo e como fazem, além de quais serão os seus próximos passos na contribuição com a sustentabilidade. Desse modo, ambos são complementares – primeiramente a organização faz a sua autoavaliação (podendo utilizar os

Indicadores Ethos) e depois comunica à sociedade (o que pode ser feito através do relatório da GRI) (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Segundo a GRI, o relatório de sustentabilidade é uma publicação que trata dos impactos ambientais, econômicos e sociais causados pelas operações de uma organização. Além disso, também mostra como a empresa vem alinhando sua estratégia aos objetivos do desenvolvimento sustentável (GRI, 2006a).

A GRI apresenta as diretrizes para as organizações elaborarem os seus relatórios de sustentabilidade. Tais diretrizes apresentam orientações como: explicação geral sobre os relatórios de sustentabilidade, definições de conteúdo e limites do relatório, bem como a necessidade da qualidade das informações, além de protocolos para o relato, suplementos específicos para alguns setores e esclarecimentos como: informações sobre a coleta de dados, periodicidade dos relatórios, entre outros (GRI, 2006a).

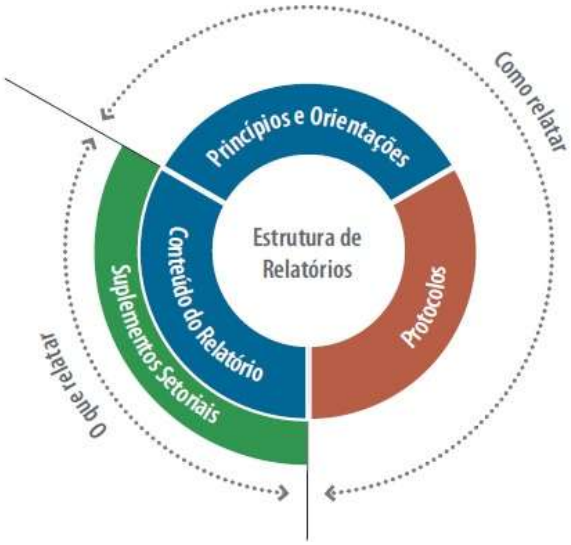
No ano 2000 foi lançada a primeira versão da GRI: GRI-G1, que apresentava os principais indicadores econômicos, ambientais e sociais, com o intuito de auxiliar as empresas a medirem seu desempenho nessas três esferas. Neste ano, apenas 10 empresas publicaram seu relatório seguindo as diretrizes apresentadas pela GRI. A seguir, em 2002, com a difusão das diretrizes da GRI, deu-se o lançamento da segunda versão: GRI-G2 (GRI, 2015; OLIVEIRA, 2014).

A versão GRI-G3, que será uma das utilizadas neste trabalho, foi lançada em 2006, contando com a participação de *multistakeholders* (especialistas de empresas, representantes sindicais e sociedade civil) e composta por mais de 100 indicadores. Em 2011, a versão GRI-G3 foi completa e atualizada, inserindo-se indicadores relativos aos direitos humanos, de gênero e comunidade local. Assim criou-se a versão GRI-G3.1, que também será objeto de estudo deste trabalho (GRI, 2015; OLIVEIRA, 2014).

Em 2013 foi lançada a mais recente versão: GRI-G4, com diversas modificações estruturais significativas em relação às anteriores. Porém, como o presente trabalho fará análise do período de 2009 a 2012, tal versão não será estudada (GRI, 2015; OLIVEIRA, 2014).

Na figura 1, é possível observar a forma como as diretrizes da GRI estão estruturadas nas versões GRI-G3 e GRI-G3.1, as quais serão utilizadas como base para este estudo.

**Figura 1. Estrutura das diretrizes GRI**




Fonte: GRI (2006).

Segundo as diretrizes da GRI na versão G3, os indicadores de desempenho estão, de forma análoga ao *triple bottom line*, divididos em três dimensões:

- desempenho econômico: composto por 9 indicadores;
- desempenho ambiental: composto por 30 indicadores e
- desempenho social: composto por 40 indicadores.

Além desta divisão, os indicadores de desempenho social subdividem-se nas categorias:

- práticas trabalhistas e trabalho decente;
- direitos humanos;
- sociedade e
- responsabilidade pelo produto (GRI, 2006a).

No presente estudo, o foco será nos indicadores de desempenho social da categoria "Sociedade".

Já na versão GRI-G3.1, o número de indicadores da dimensão social passou a ser 45 e, em relação às dimensões econômica e ambiental, não houve alterações.

### 3.4.1. Indicadores da categoria Sociedade

O grupo de indicadores de desempenho social relativos à categoria “Sociedade” (SO) têm foco nos impactos gerados pelas empresas nas comunidades nas quais operam, além das interações com outras instituições sociais, mostrando como esse envolvimento é gerido pelas organizações. Especificamente, esta categoria tem o objetivo de buscar informações sobre ações das organizações na comunidade externa, controle de corrupção, políticas públicas (buscando a minimização de indevidas influências das organizações) e concorrência desleal (monopólio), além de conformidade com as leis (GRI, 2006a; GRI, 2011).

De acordo com as diretrizes GRI-G3, esta categoria de indicadores é dividida nos aspectos:

- comunidade;
- corrupção;
- políticas públicas;
- concorrência desleal e
- conformidade.

Nas diretrizes GRI-G3.1, a categoria Sociedade é dividida também nestes aspectos, sendo apenas diferente a denominação do aspecto chamado “comunidade” na versão GRI-G3, que passou a ser chamado “comunidades locais” na GRI-G3.1 (GRI, 2011).

Segue abaixo uma tabela comparativa no que diz respeito às mudanças na categoria Sociedade entre as duas versões das diretrizes GRI pertinentes a este estudo:

**Tabela 1. Categoria de indicadores "Sociedade" nas versões G3 e G3.1**

| Versão | GRI - G3 | GRI - G3.1 |
|---|---|---|
| Aspectos da categoria "Sociedade" e respectivos indicadores | - comunidade (SO1);<br>- corrupção (SO2, SO3 e SO4);<br>- políticas públicas (SO5 e SO6);<br>- concorrência desleal (SO7) e<br>- conformidade (SO8). | - comunidades locais (SO1, SO9 e SO10);<br>- corrupção (SO2, SO3 e SO4);<br>- políticas públicas (SO5 e SO6);<br>- concorrência desleal (SO7) e<br>- conformidade (SO8). |
| Número de indicadores | Essenciais: 6 (SO1, SO2, SO3, SO4, SO5 e SO8)<br>Adicionais: 2 (SO6 e SO7)<br>Total: 8 | Essenciais: 8 (SO1, SO2, SO3, SO4, SO5, SO8, SO9 e SO10)<br>Adicionais: 2 (SO6 e SO7)<br>Total: 10 |

Fonte: Elaborado pela autora com base nas versões GRI- G3 (GRI, 2006a) e GRI-G3.1(GRI, 2011).

Além disso, estão disponíveis em anexo (anexos A e B) os indicadores da categoria "Sociedade" de cada uma das versões das diretrizes da GRI em estudo.

### 3.4.2. Comparação entre as versões GRI-G3 e GRI-G3.1 com a GRI-G4

A versão GRI-G4, publicada pela GRI em 2013, apresenta diferenças relevantes em relação às versões anteriores e utilizadas para as análises deste trabalho: GRI-G3 e GRI-G3.1. Primeiramente, a versão G4 propõe uma escolha inicial, que deve ser feita pelas organizações relatoras, entre "essencial" ou "abrangente". Essa escolha servirá de base para a execução do relatório e faz com que os indicadores não sejam divididos entre essenciais ou adicionais como nas versões anteriores (GRI, 2006a; GRI, 2011; GRI, 2013).

Caso a opção escolhida seja "essencial", a organização deve relatar pelo menos um indicador de cada aspecto material identificado. Já no caso de escolher a opção "abrangente", todos os indicadores devem ser relatados (GRI, 2013).

No que diz respeito à categoria “Sociedade”, na versão GRI-G4 foram inseridos dois novos aspectos: “Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade” e “Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade”, formando um total de 11 indicadores (GRI, 2013).

Além disso, em relação às versões anteriores, foram feitas algumas alterações no que é solicitado cada indicador. Tais alterações podem ser observadas detalhadamente no anexo C, comparando-se aos anexos A e B (GRI, 2013).

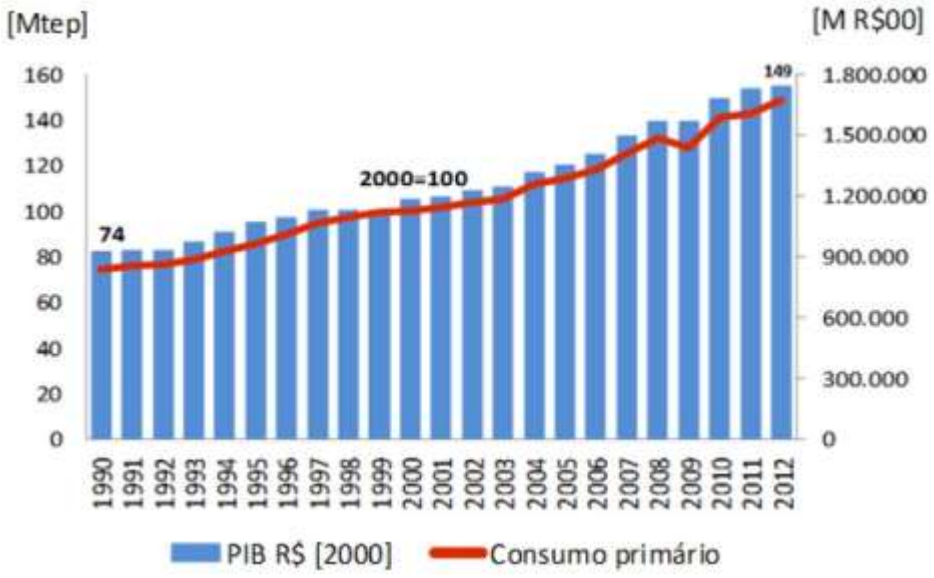
### 3.5. Setor de Energia no Brasil

No Brasil, a responsabilidade pelo setor energético cabe ao Ministério de Minas e Energia (MME), ao qual compete a organização do equilíbrio entre oferta e demanda energéticas do país e a coordenação das secretarias:

- Petróleo, Gás natural e Combustíveis Renováveis;
- Energia Elétrica;
- Planejamento e Desenvolvimento Energético e
- Geologia, Mineração e Transformação Mineral (MME, 2014).

O setor energético possui grande relevância na economia brasileira, é a base essencial para que a maioria das atividades industriais possam ser realizadas, além de ser indispensável para o cotidiano moderno. Na figura 2 é possível ver a tendência de crescimento do consumo de energia caminhando junto com o crescimento do PIB nos últimos anos:

**Figura 2. Evolução do PIB x Consumo primário de energia – Base ano 2000**




Fonte: EPE (2013).

Segundo o Balanço Energético Nacional (BEN) 2014 (utilizou 2013 como ano base), relatório feito pela EPE - Empresa de Pesquisa Energética, que apresenta contabilidade e estudos a respeito de produção e consumo de energia no Brasil, houve significativa evolução em relação ao relatório anterior no que diz respeito à energia eólica, biodiesel e ao conjunto cana de açúcar, açúcar e etanol, como pode ser visto na tabela abaixo:

**Tabela 2. Evolução da produção energética de fonte eólica, biodiesel e cana de açúcar em 2013**

| Fonte | Produção em 2013 | Aumento em relação a 2012 |
|---|---|---|
| Energia eólica | 6.579 KW | 30,3% |
| Biodiesel (B100) | 2.917.488 m³ | 7,4% |
| Cana de açúcar | 648,1 milhões de toneladas | 9,2% |

Fonte: EPE (2014).

Outro importante fato a ser considerado é que, embora a maior parte da matriz energética brasileira ainda seja composta por fontes não renováveis, em comparação com o resto do mundo o Brasil é referência como um dos maiores utilizadores de fontes renováveis (IEA, 2013).

Podem ser observados, também no BEN - 2014, os percentuais de cada fonte energética na composição da produção e oferta interna de energia no Brasil:

**Tabela 3. Produção de energia primária – Composição por fontes**

%

| FONTES | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | *SOURCES* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **NÃO RENOVÁVEL** | **52,2** | **52,7** | **52,6** | **51,3** | **51,6** | **53,2** | **52,6** | **54,3** | **54,1** | **53,6** | ***NON-RENEWABLE ENERGY*** |
| PETRÓLEO | 40,3 | 42,0 | 42,1 | 40,6 | 39,7 | 42,0 | 42,1 | 42,5 | 41,7 | 40,6 | *PETROLEUM* |
| GÁS NATURAL | 8,9 | 8,8 | 8,3 | 8,1 | 9,0 | 8,7 | 9,0 | 9,3 | 9,9 | 10,8 | *NATURAL GAS* |
| CARVÃO VAPOR | 1,1 | 1,2 | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 1,0 | 1,3 | *STEAM COAL* |
| CARVÃO METALÚRGICO | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | *METALLURGICAL COAL* |
| URÂNIO ($U_3O_8$) | 1,9 | 0,7 | 1,1 | 1,6 | 1,7 | 1,7 | 0,7 | 1,6 | 1,5 | 0,9 | *URANIUM - $U_3O_8$* |
| **RENOVÁVEL** | **47,8** | **47,3** | **47,4** | **48,7** | **48,4** | **46,8** | **47,4** | **45,7** | **45,9** | **46,4** | ***RENEWABLE ENERGY*** |
| ENERGIA HIDRÁULICA | 14,5 | 14,5 | 14,2 | 14,4 | 13,4 | 14,0 | 13,7 | 14,4 | 13,9 | 13,0 | *HYDRAULIC* |
| LENHA | 14,8 | 14,2 | 13,5 | 12,8 | 12,4 | 10,2 | 10,3 | 10,1 | 10,0 | 9,5 | *FIREWOOD* |
| PRODUTOS DA CANA-DE-AÇÚCAR | 15,4 | 15,5 | 16,6 | 18,1 | 19,0 | 18,6 | 19,3 | 16,9 | 17,5 | 19,1 | *SUGAR CANE PRODUCTS* |
| OUTRAS RENOVÁVEIS | 3,1 | 3,2 | 3,2 | 3,4 | 3,6 | 3,9 | 4,1 | 4,4 | 4,4 | 4,8 | *OTHERS* |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | *TOTAL* |

Fonte: EPE (2014).

**Tabela 4. Oferta interna de energia – Composição por fontes**

%

| FONTES | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | *IDENTIFICATION* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ENERGIA NÃO RENOVÁVEL** | **56,0** | **55,3** | **54,8** | **53,9** | **53,9** | **52,7** | **54,9** | **56,0** | **57,7** | **59,0** | ***NON-RENEWABLE ENERGY*** |
| PETRÓLEO E DERIVADOS | 39,3 | 38,8 | 37,9 | 37,5 | 36,7 | 37,9 | 37,8 | 38,6 | 39,3 | 39,3 | *PETROLEUM AND OIL PRODUCTS* |
| GÁS NATURAL | 8,9 | 9,4 | 9,6 | 9,3 | 10,3 | 8,8 | 10,2 | 10,2 | 11,5 | 12,8 | *NATURAL GAS* |
| CARVÃO MINERAL E COQUE | 6,3 | 6,0 | 5,7 | 5,7 | 5,5 | 4,6 | 5,4 | 5,7 | 5,4 | 5,6 | *COAL AND COKE* |
| URÂNIO ($U_3O_8$) | 1,5 | 1,2 | 1,6 | 1,4 | 1,5 | 1,4 | 1,4 | 1,5 | 1,5 | 1,3 | *URANIUM - $U_3O_8$* |
| **ENERGIA RENOVÁVEL** | **44,0** | **44,7** | **45,2** | **46,1** | **46,1** | **47,3** | **45,1** | **44,0** | **42,3** | **41,0** | ***RENEWABLE ENERGY*** |
| HIDRÁULICA [1] | 14,5 | 14,9 | 14,9 | 14,9 | 14,1 | 15,2 | 14,0 | 14,7 | 13,8 | 12,5 | *HYDRAULIC [1]* |
| LENHA E CARVÃO VEGETAL | 13,2 | 13,1 | 12,7 | 12,0 | 11,6 | 10,1 | 9,7 | 9,5 | 9,1 | 8,3 | *FIREWOOD AND CHARCOAL* |
| DERIVADOS DA CANA-DE-AÇÚCAR | 13,5 | 13,8 | 14,6 | 15,9 | 17,0 | 18,1 | 17,5 | 15,7 | 15,4 | 16,1 | *SUGAR CANE PRODUCTS* |
| OUTRAS RENOVÁVEIS | 2,8 | 2,9 | 3,0 | 3,2 | 3,4 | 3,9 | 3,9 | 4,1 | 4,0 | 4,2 | *OTHERS* |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | *TOTAL* |

Fonte: EPE (2014). [1] Inclui importação de eletricidade oriunda de fonte hidráulica. 1 kWh = 860 kcal (equivalente térmico teórico - primeiro princípio da termodinâmica)

Em comparação com o PIB, a oferta interna de energia apresentou crescimento maior no período de 2013: foram 4,5% de crescimento na energia demandada no país, frente a 2,3% de evolução do PIB (EPE, 2014).

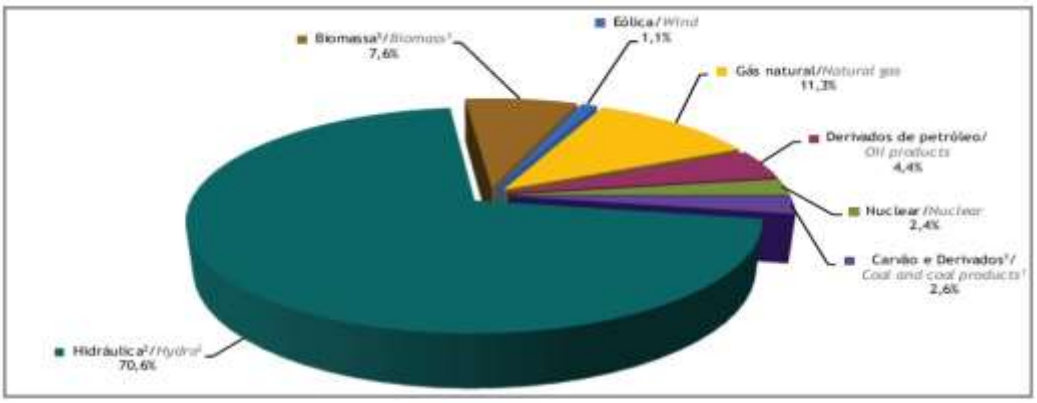
Em termos de consumo energético, destaca-se no cenário brasileiro o setor industrial, responsável por 33,9% do consumo total em 2013, o que mostra a relação interdependente entre o PIB (especialmente industrial) com o setor energético. Neste setor foram incluídas as atividades de: cimento, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, mineração e pelotização, não-ferrosos e outros da metalurgia, química, alimentos e bebidas, têxtil, papel e celulose, cerâmica e outros. Dentre as atividades citadas, destacou-se alimentos e bebidas, com 9% do consumo energético brasileiro em 2013 (EPE, 2014).

Após o setor industrial, observa-se o setor de transportes com 32% do consumo energético total. Aqui estão inseridos os transportes: rodoviário, ferroviário, aéreo e hidroviário, sendo apenas o rodoviário responsável por 29,6%. Além disso, é importante ressaltar que, em relação ao período anterior (2012) o setor de transportes teve um crescimento significativo (5,2%) em sua demanda energética e esta elevação foi suprida em grande parte pelo etanol (EPE, 2014).

Na sequência tem-se o próprio setor energético, responsável por 10% do consumo de energia no Brasil e, o setor residencial, que deteve, em 2013, 9,1% do consumo total (EPE, 2014).

Ainda segundo o BEN - 2014, no que diz respeito à energia elétrica, a matriz brasileira é, em sua maioria, composta por fontes renováveis, destacando-se a geração energética através de fonte hidráulica, como pode ser visto na figura 3 (a seguir):

**Figura 3. Oferta de energia elétrica por fonte - Brasil**




Notas/ Notes:

[1] Inclui gás de coqueria/ Includes coke oven gas

[2] Inclui importação de eletricidade/ Includes electricity imports

[3] Inclui lenha, bagaço de cana, lixívia e outras recuperações/ Includes firewood, sugarcane bagasse, black-liquor and other primary sources

Fonte: EPE (2014).

Na década de 1990, o setor de energia elétrica brasileiro passou por diversas reestruturações articuladas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), incluindo a privatização de várias empresas e a criação de autarquias públicas, como a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que foi definida pela Lei nº 9.427/1996 e pelo Decreto nº 2.335/1997. Assim, a partir de dezembro de 1997, quando começou a atuar, a ANEEL passou a ser responsável pela regulação e fiscalização do setor de energia elétrica (ABRADEE, 2014; ANEEL, 2014).

Apesar dessas modificações e reestruturações feitas na década de 1990, em 2001 vivenciou-se um período de diversos racionamentos, o que gerou a necessidade de novos ajustes em 2004, os quais embora tenham sido significativos em questões como a compra de energia pelas distribuidoras, não fizeram com que se diferenciasse muito do modelo da década anterior (ABRADEE, 2014).

Após isso, em 2012, houve a criação da medida provisória 579, depois convertida na Lei 12.783/2013, que estipulou a regulação dos preços pela ANEEL em relação a empresas geradoras e transmissoras de energia elétrica. Assim, atualmente pode-se dizer que o setor de energia elétrica brasileiro caracteriza-se por:

- separação das atividades de geração, transmissão e distribuição, gerando desverticalização nesta indústria;

- centralização de planejamento e operações;

- preços da *commodity* energia elétrica separados do preço do transporte através do uso do fio;

- regulação dos exercícios de transmissão e distribuição através do regime por incentivos e

- presença de empresas públicas e privadas e consumidores cativos e livres (ABRADEE, 2014).

Com base nesta revisão da literatura a respeito do tema a ser trabalhado, bem como do setor energético, será elaborada a análise dos relatórios das empresas em atividade neste setor no Brasil, que publicaram seus relatórios no site da GRI no período de 2009 a 2012, no que tange à categoria de indicadores “Sociedade”. A descrição das características da pesquisa e de como será feita a análise citada encontram-se a seguir, no capítulo 4 - Método.

# 4. MÉTODO

## 4.1. Tipo de pesquisa

O presente trabalho será feito através de pesquisa documental, com utilização de dados secundários e utilizará uma abordagem quantitativa-qualitativa.

Segundo Bardin (2011), o objetivo da análise documental é representar, de uma forma diferente e conveniente ao objetivo pretendido, as informações contidas nos documentos em estudo, de modo que seja facilitado o acesso para o observador, obtendo-se o máximo possível de informação – o que caracteriza o aspecto quantitativo, além do máximo de pertinência – caracterizando o aspecto qualitativo.

De acordo com Gil (2002), uma pesquisa documental pode necessitar da consulta de variados tipos de documentos em diversos formatos, tais como: formulários, cartas, mapas, fichas, documentos pessoais, fotografias, vídeos, entre outros.

No caso deste trabalho, serão analisados os relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia brasileiro, que foram reportados na base de dados da GRI no período de 2009 a 2012.

Considerando que a maioria dos documentos utilizados em uma pesquisa documental não recebeu anteriormente nenhum tipo de tratamento, é necessário analisar os dados presentes de acordo com os objetivos da pesquisa e seu respectivo plano (GIL, 2002).

Uma das técnicas para a interpretação dos dados presentes nos documentos em estudo é a análise de conteúdo. Tal técnica consiste na execução das fases:

- Pré-análise: identificação dos documentos, formulação de hipóteses e preparação do material a ser analisado;
- Exploração: escolha de unidades a serem enumeradas e classificação;
- Final: tratamento e interpretação dos resultados (BARDIN, 2011).

## 4.2. Empresas em estudo

Para definição das organizações a serem estudadas neste estudo, utilizou-se a base de dados do próprio site da GRI, na qual há os relatórios de sustentabilidade reportados pelas empresas: http://database.globalreporting.org/search. Esta base de dados foi escolhida devido à utilização das diretrizes da GRI – versões GRI-G3 e GRI-G3.1 como referência para o trabalho.

Foram selecionadas as empresas em atividade no setor de energia brasileiro que publicaram o relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes GRI nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. Na base de dados da GRI, utilizou-se como filtros de setor: "*Energy*" e "*Energy Utilities*", além dos anos em estudo e do local: "*Brazil*".

Ressalta-se que foram selecionadas apenas as empresas que publicam seu relatório anualmente e que publicaram em todos os anos citados, para que fosse possibilitada a análise da evolução das publicações em termos dos indicadores sociais da categoria "Sociedade".

Além disso, ressalta-se que apenas as empresas que disponibilizaram seus relatórios no período de 2009 a 2012 no banco de dados da GRI ou no próprio site da empresa puderam entrar na análise, bem como aquelas que preencheram o sumário como orienta a GRI, o qual é a fonte para a pesquisa de dados dos indicadores desejados.

A empresa Cemat, por exemplo, embora tenha publicado seus relatórios de sustentabilidade na base de dados da GRI em todos os anos do período de 2009 a 2012, não pode fazer parte da amostra por não apresentar o sumário com os indicadores da GRI e não utilizá-los em seu relatório, o que impediria a análise dos indicadores da dimensão social da categoria "Sociedade", que são parte das diretrizes da GRI e objetos deste estudo.

A seguir são apresentadas as organizações que compõem a amostra deste trabalho.

**Quadro 1. Empresas em estudo**

| Empresa | Atuação |
|---|---|
| AES Eletropaulo | Distribuição de energia elétrica |
| AES Sul | Distribuição de energia elétrica |
| AES Tietê | Geração de energia elétrica |
| CEMIG | Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica |
| CESP | Geração de energia elétrica |
| CHESF | Geração, transmissão e comercialização de energia elétrica |
| COPEL | Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica |
| CTEEP | Transmissão de energia elétrica |
| EDP Brasil | Geração, comercialização e distribuição de energia elétrica |
| Elektro | Distribuição de energia elétrica |
| Eletrobrás – Centrais elétricas | Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica |

| | |
|---|---|
| Endesa Brasil | Geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica |
| Grupo CPFL | Geração, distribuição e comercialização de energia elétrica |
| Itaipu Binacional | Geração e transmissão de energia elétrica |
| Light | Geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica |
| Petrobrás | Petróleo: exploração, refino, produção, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados; gás natural; energia elétrica; gás-química e biocombustíveis |
| Tractebel Energia | Geração de energia elétrica |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos sites institucionais das empresas listadas.

Foi considerada também a versão das diretrizes da GRI que foi utilizada em cada ano pelas organizações em estudo - segundo a base de dados da GRI, como mostrado no quadro a seguir:

**Tabela 5. Versões das diretrizes GRI utilizadas pelas empresas em estudo**

| **Empresa/Ano** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** |
|---|---|---|---|---|
| AES Eletropaulo | G3 | G3 | G3 | G3 |
| AES Sul | GRI Referenced | GRI Referenced | GRI Referenced | G3 |
| AES Tietê | GRI Referenced | GRI Referenced | GRI Referenced | G3 |
| CEMIG | G3 | G3 | G3 | G3.1 |
| CESP | G3 | G3 | G3 | G3 |
| CHESF | G3 | G3 | G3.1 | G3.1 |
| COPEL | G3 | G3 | G3 | G3.1 |
| CTEEP | G3 | G3 | G3 | G3 |
| EDP Brasil | G3 | G3 | G3.1 | G3.1 |
| Elektro | G3 | G3 | G3.1 | G3.1 |
| Eletrobrás - Centrais Elétricas | G3 | G3 | G3.1 | G3.1 |
| Endesa Brasil | G3 | G3.1 | G3.1 | G3.1 |
| Grupo CPFL | G3 | G3 | G3 | G3 |
| Itaipu Binacional | G3 | G3 | G3 | G3.1 |
| Light | G3 | G3 | G3 | G3 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Petrobrás | G3 | G3 | G3.1 | G3.1 |
| Tractebel Energia | G3 | G3 | G3 | G3 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de consulta a Base de Dados GRI. Disponível em: <http://database.globalreporting.org/search>. Acesso em 30 out. 2014.

Ressalta-se que, no momento da análise dos indicadores em estudo (categoria "Sociedade" – SO), será considerada como base a versão utilizada pela empresa em cada relatório.

## 4.3. Indicadores a serem analisados

Abaixo estão listados os indicadores de cada aspecto da categoria "Sociedade" e detalhados os itens que devem relatados em cada um deles, segundo as versões GRI-G3 e GRI-G3.1:

a) Aspecto "Comunidade" - versão GRI-G3:

SO1: "Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída" (GRI, 2006b, p.3).

Este indicador busca dar medida e reflexão na abordagem que a organização utiliza para administrar os impactos que gera – tanto positivos como negativos, de forma sistemática, nas comunidades onde atua. Tal medida é relevante uma vez que os *stakeholders* estão atentos à forma como a empresa gere suas relações com a comunidade. Neste indicador, as organizações relatoras devem citar:

- existência de programas para analisar os impactos gerados pelas operações da organização nas comunidades locais, sendo antes, durante e no processo de saída da comunidade;

- informar se os programas possuem: definição de como e por quem são coletados os dados para os programas e a forma como são selecionados os indivíduos ou grupos da comunidade para serem coletadas as informações;

- percentual e número de operações da empresa nas quais os programas atuam;

- eficácia dos programas para a gestão dos impactos negativos e positivos gerados pela organização na comunidade, além do número de pessoas que os programas atingiram e

- exemplos da forma como o *feedback* e a análise dos dados sobre os impactos gerados pela organização na comunidade geraram informações para a continuidade do engajamento da organização na comunidade.

b) Aspecto “Comunidade” – versão GRI-G3.1:

SO1: “Percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento” (GRI, 2011. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Sociedade - Indicadores de Desempenho, p.3).

Este indicador procura identificar os elementos que foram aplicados na organização, como programas de engajamento, avaliações de desenvolvimento e impactos, além da consistência da execução dos programas, revelando o nível dos esforços organizacionais. Assim, devem ser citados:

- percentual de operações que implementaram programas de avaliação de impacto, engajamento e desenvolvimento, incluindo avaliações de impacto social (inclusive questões de gênero), avaliações de impactos ambientais e monitoramentos e resultados de tais impactos (sociais e ambientais);

- programas de desenvolvimento feitos com base nas necessidades da comunidade local;

- programas de engajamento dos *stakeholders* com base no seu mapeamento;

- comitês de consulta à comunidade e

- processos formais na comunidade local para relatar queixas.

SO9: “Operações com impactos negativos significativos potenciais ou reais nas comunidades locais” (GRI, 2011. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Sociedade - Indicadores de Desempenho, p.5).

Este indicador dá foco aos impactos negativos relevantes, tanto reais como potenciais, relacionados às operações. Dessa forma, é possibilitada a informação aos *stakeholders* sobre a conscientização da empresa quanto aos seus impactos, bem como a priorização da atenção da organização para as comunidades locais. Neste indicador, devem ser relatados:

- operações que estão associadas com impactos negativos relevantes reais ou potenciais para as comunidades locais;

- localização de tais operações e

- impactos negativos reais ou potenciais gerados por essas operações.

SO10: “Medidas de prevenção e mitigação implementadas em operações com impactos negativos significativos potenciais ou reais em comunidades locais” (GRI, 2011. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Sociedade - Indicadores de Desempenho, p.7).

O objetivo deste indicador é apresentar as medidas que foram implementadas como resposta aos impactos negativos identificados no indicador SO9. Devem ser relatadas as seguintes informações:

- se foram implementadas medidas de prevenção e mitigação dos efeitos dos impactos identificados no indicador SO9;

- se foram implementadas medidas para corrigir as não conformidades com regulamentos e aspectos legais, para manter tais conformidades, ou para atingir um padrão acima destas e

- se os objetivos foram atingidos no que diz respeito à mitigação e prevenção dos impactos negativos.

c) Aspecto "Corrupção" (indicadores iguais nas duas versões GRI-G3 e GRI-G3.1)

SO2: "Percentual e número total de unidades de negócio submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção" (GRI, 2011. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Sociedade - Indicadores de Desempenho, p.8).

Este indicador visa analisar a existência de procedimentos ou ações para avaliação de potenciais riscos de casos de corrupção, possuindo grande relevância uma vez que se trata de uma questão importante para a reputação da organização. Assim, devem ser relatados:

- número total e percentual de unidades de negócio que foram submetidas a tais avaliações.

SO3: "Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização" (GRI, 2011. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Sociedade - Indicadores de Desempenho, p.9).

O indicador SO3 destina importância ao treinamento para o desenvolvimento da capacitação e conscientização dos colaboradores para a prevenção de casos de corrupção. Neste indicador devem ser relatados, de forma separada:

- percentual do total de empregados gestores e não gestores que participaram de treinamentos anticorrupção dentro do período de cobertura do relatório.

SO4: "Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção" (GRI, 2011. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Sociedade - Indicadores de Desempenho, p.10).

Este indicador busca mostrar como as organizações reagiram aos casos de corrupção, com ações para limitá-los e prevenir novos casos. Trata-se de uma constatação importante para os *stakeholders*, que têm interesse em saber, não só sobre a ocorrência de tais casos, como também sobre a forma como a organização respondeu a isso. Devem ser citadas:

- medidas realizadas pela organização em quaisquer casos de corrupção, constando: o número total de casos nos quais os colaboradores da própria empresa foram demitidos ou punidos e também, o número total de casos em que parceiros não tiveram seus contratos renovados devido a questões relacionadas com a corrupção e

- quaisquer ações judiciais que foram feitas contra a organização ou seus colaboradores relacionadas à corrupção, já encerradas e que foram movidas durante o período de alcance do relatório devem ser apresentados também os resultados desses casos.

d) Aspecto: Políticas Públicas (indicadores iguais nas duas versões GRI-G3 e GRI-G3.1)

SO5: "Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies". (GRI, 2011. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Sociedade - Indicadores de Desempenho, p.11).

O indicador SO5 tem o intuito de comparar as posições que a organização expressa publicamente em relação à sustentabilidade e o que de fato tem sido incorporado em todas as unidades. Assim, são identificadas as prioridades de cada organização e a relevância estratégica no que diz respeito às questões de sustentabilidade. Neste indicador devem ser relatados:

- questões relevantes que têm sido o foco participativo da empresa na criação de políticas públicas e lobbies e

- posições assumidas pela organização nas questões citadas, explicando as possíveis diferenças de posicionamento entre posições de lobby, políticas e objetivos sustentáveis.

SO6: "Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país" (GRI, 2011. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Sociedade - Indicadores de Desempenho, p.12).

O intuito deste indicador é refletir sobre o comprometimento da organização com grupos políticos, de forma a manter a transparência dessas relações. Deve ser relatado:

- valor monetário total de forma discriminada, nos países onde a organização atua.

É importante ressaltar que, por tratar-se de um indicador adicional, o SO6 não será utilizado nas análises dos dados.

e) Aspecto: Concorrência Desleal (indicadores iguais nas duas versões GRI-G3 e GRI-G3.1)

SO7: "Número de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados" (GRI, 2011. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Sociedade - Indicadores de Desempenho, p.13).

Este indicador atenta, através do relato de ações judiciais, para a possível realização de práticas que podem interferir no poder de escolha do consumidor. As organizações relatoras devem citar:

- total de ações judiciais pela realização de truste, monopólio ou concorrência desleal e
- resultados principais de tais ações.

Da mesma forma que o indicador SO6, por ser também adicional, o indicador SO7 não será utilizados nas análises deste trabalho.

f) Aspecto: Conformidade (indicadores iguais nas duas versões GRI-G3 e GRI-G3.1)

SO8: "Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos" (GRI, 2011. Conjunto de Protocolos de Indicadores: Sociedade - Indicadores de Desempenho, p.14).

Este indicador busca identificar a capacidade da organização de manter a conformidade em suas operações através de parâmetros específicos de desempenho, além de evitar riscos financeiros com as multas e prejuízos em sua reputação. Pretende-se identificar multas e sanções obtidas pela não conformidade com leis e regulamentos, tais como: fraudes contábeis, discriminação, corrupção, entre outros.

Assim, devem ser relatados:

- valor total de multas (significativas);
- quantidade de sanções não monetárias (relatar a partir do enfoque da legislação) e
- processos que foram movidos por meio de mecanismos de arbitragem.

## 4.4. Cálculo do grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI e do grau de evidenciação efetiva

### 4.4.1. Grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI

O grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI – também denominado pela sigla GAPIE-GRI, representa o percentual que a organização relatora aderiu em relação ao que foi proposto pela GRI, podendo variar de 0% a 100%. Tal cálculo permite analisar o quanto as empresas que utilizam o modelo de diretrizes da GRI estão comprometidas em relatar as informações solicitadas com qualidade e transparência (CARVALHO, 2007).

De acordo com Dias (2006), para identificar a aderência plena de um indicador relatado por uma empresa seguindo os moldes da GRI, o mesmo deve ser classificado em:

**Quadro 2. Classificações dos indicadores relatados – GAPIE GRI**

| | |
|---|---|
| Aderência plena | Todas as informações solicitadas nas diretrizes GRI foram apresentadas pela empresa |
| Aderência parcial | Parte das informações solicitadas nas diretrizes GRI foram apresentas pela empresa |
| Dúbio | Não há informações suficientes para que o usuário defina se houve aderência plena ou parcial ao indicador |
| Inconsistente | São fornecidas pela empresa informações diferentes do que é solicitado pela GRI |

Fonte: Dias (2006).

Já em relação aos indicadores não apresentados, Dias (2006) propõe as seguintes classificações:

**Quadro 3. Classificações dos indicadores não relatados – GAPIE GRI**

| | |
|---|---|
| Não disponível | A organização reconhece que apesar da informação ser pertinente, não possui condições de fornecê-la |
| Não aplicável | Não há a informação de determinado indicador, porque este não se relaciona com o setor ou suas atividades (são assim classificados pela própria organização) |
| Omitido com justificativa | A empresa omite a informação sobre determinado indicador, porém embasa tal omissão com uma justificativa conforme recomendado pela GRI |
| Omitido | Quando nada é comentado sobre um indicador no relatório da organização |

Fonte: Dias (2006).

A partir dessas classificações, originou-se a fórmula:

**Quadro 4. Fórmula de cálculo do GAPIE-GRI**

| | |
|---|---|
| Grau de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI = | Total de indicadores com aderência plena + Total de indicadores com omissão justificada / Total de indicadores essenciais - Total de indicadores não aplicáveis |

Fonte: Dias (2006).

Observa-se que serão considerados apenas os indicadores essenciais (e não também os adicionais). Além disso, é feita a soma do total dos indicadores que possuem aderência plena com o total dos indicadores com omissão justificada, por ser a omissão justificada uma opção proposta pela GRI. Em relação ao denominador da fórmula, o total de indicadores não aplicáveis é subtraído do total de indicadores essenciais para que a organização não seja penalizada injustamente no cálculo, em razão de indicador não corresponder à realidade de suas atividades (DIAS, 2006).

Após o cálculo do GAPIE-GRI de cada empresa em estudo, será elaborada uma lista com as classificações em ordem decrescente, como um *ranking*. Serão classificados como alta aderência os resultados a partir de 75% - valor encontrado por Dias (2006) como a mediana nos resultados de seus estudos (CARVALHO, 2007).

### 4.4.2. Grau de evidenciação efetiva

Segundo o trabalho de Carvalho (2007), no qual foi elaborado o grau de evidenciação efetiva (GEE), o mesmo pode ser entendido como o percentual que a organização forneceu de informações em seu relatório, em relação ao total de informações oferecido pelo modelo de diretrizes da GRI.

A fórmula elaborada por Carvalho (2007) para o cálculo do GEE é a seguinte:

**Quadro 5. Fórmula de cálculo GEE**

| | |
|---|---|
| Grau de evidenciação efetiva = | Total dos indicadores com Aderência Plena / Total dos indicadores essenciais – Total dos indicadores Não Aplicáveis |

Fonte: Carvalho (2007)

Analogamente ao GAPIE-GRI, no GEE o total de indicadores não aplicáveis é subtraído do total de indicadores essenciais para não penalizar a empresa por um indicador que não se aplica à sua realidade (CARVALHO, 2007).

Além disso, também serão ordenadas as empresas de modo decrescente e será considerado alto grau de evidenciação efetiva quando o resultado for maior ou igual a 75% (CARVALHO, 2007).

Desse modo, através dos cálculos dos graus de aderência plena aos indicadores da GRI (GAPIE-GRI) e de evidenciação efetiva (GEE) será possível analisar o quanto as empresas operantes no setor de energia brasileiro, que publicaram seus relatórios de acordo com as diretrizes da GRI, divulgaram de informações em relação ao que foi recomendado por tais diretrizes na versão que a empresa seguiu para elaborar o relatório (GRI-G3 ou GRI-G3.1), no que diz respeito aos indicadores essenciais da categoria “Sociedade” da dimensão social. Ou seja, será possibilitada a reflexão sobre como esteve a aderência das empresas estudadas em relação ao que as diretrizes da GRI recomendaram para este quesito e o quanto as empresas efetivamente divulgaram no período em estudo (2009 a 2012).

Considerando as proposições feitas para esta pesquisa, espera-se que o resultado do cálculo destes graus (GAPIE-GRI e GEE) apresente valores com aumento ao longo dos anos do período em estudo, evoluindo de forma positiva.

# 5. RESULTADOS

## 5.1. Rankings do GAPIE-GRI e GEE

Conforme explicado no capítulo anterior, foram realizadas as análises dos relatórios de sustentabilidade dos anos 2009, 2010, 2011 e 2012 das empresas que compõem a amostra, a fim de classificar cada um dos indicadores essenciais da categoria “Sociedade” em: aderência plena, aderência parcial, dúbio, inconsistente, não aplicável, não disponível, omitido e omitido com justificativa (DIAS, 2006).

Após essa etapa, foram aplicadas as fórmulas citadas nos itens 4.4.1 e 4.4.2 deste trabalho, para obtenção dos graus de aderência plena aos indicadores essenciais da GRI (GAPIE-GRI) e de evidenciação efetiva (GEE) em relação ao grupo de indicadores da categoria “Sociedade”. Posteriormente, as empresas foram organizadas em ordem decrescente, de acordo com a pontuação obtida em cada um dos indicadores para cada ano do período estudado.

Assim, obtiveram-se os seguintes resultados para o GAPIE-GRI:

**Tabela 6. Rankings GAPIE-GRI 2009 - 2012**

| 2009 | | | 2010 | | | 2011 | | | 2012 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Itaipu Binacional | 83% | 1 | Tractebel Energia | 83% | 1 | EDP Brasil | 100% | 1 | EDP Brasil | 88% |
| 2 | Tractebel Energia | 67% | 2 | CEMIG | 67% | 2 | Endesa Brasil | 88% | 1 | Endesa Brasil | 88% |
| 3 | AES Eletropaulo | 50% | 2 | CPFL | 67% | 3 | CEMIG | 50% | 2 | CPFL | 83% |
| 3 | AES Sul | 50% | 3 | EDP Brasil | 50% | 3 | Eletrobrás – Centrais elétricas | 50% | 3 | Elektro | 75% |
| 3 | AES Tietê | 50% | 3 | Eletrobrás – Centrais elétricas | 50% | 3 | Itaipu Binacional | 50% | 3 | Itaipu Binacional | 75% |
| 3 | CPFL | 50% | 3 | Petrobrás | 50% | 3 | Petrobrás | 50% | 3 | Petrobrás | 75% |
| 3 | EDP Brasil | 50% | 4 | Endesa Brasil | 38% | 3 | Tractebel Energia | 50% | 4 | CTEEP | 67% |
| 3 | Petrobrás | 50% | 5 | AES Eletropaulo | 33% | 4 | Elektro | 38% | 5 | Tractebel | 50% |
| 4 | Elektro | 33% | 5 | AES Tietê | 33% | 5 | AES Eletropaulo | 33% | 6 | Eletrobrás – Centrais elétricas | 38% |
| 4 | Eletrobrás – Centrais elétricas | 33% | 5 | CHESF | 33% | 5 | AES Sul | 33% | 7 | CESP | 33% |
| 4 | Endesa Brasil | 33% | 5 | Elektro | 33% | 5 | CESP | 33% | 7 | Light | 33% |
| 4 | Light | 33% | 5 | Itaipu Binacional | 33% | 5 | CPFL | 33% | 8 | CEMIG | 25% |
| 5 | COPEL | 20% | 6 | CESP | 17% | 5 | Light | 33% | 8 | CHESF | 25% |
| 6 | CESP | 17% | 6 | COPEL | 17% | 6 | AES Tietê | 17% | 9 | AES Eletropaulo | 17% |
| 6 | CHESF | 17% | 6 | CTEEP | 17% | 6 | CTEEP | 17% | 9 | AES Sul | 17% |
| 7 | CEMIG | 0% | 6 | Light | 17% | 7 | CHESF | 13% | 9 | AES Tietê | 17% |
| 7 | CTEEP | 0% | 7 | AES Sul | 0% | 8 | COPEL | 0% | 10 | COPEL | 13% |

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser observado nos rankings do GAPIE-GRI apresentados através da Tabela 6, houve variação entre as posições que as empresas ocuparam em cada ano do período analisado, além de diversos casos em que algumas organizações empataram no valor obtido para o GAPIE-GRI em determinado ano, ocupando assim, a mesma posição.

Vale ressaltar que, conforme explicado ao longo deste trabalho, os valores encontrados e atribuídos a cada organização relatora nos rankings (tanto do GAPIE-GRI, como do GEE apresentado a seguir na Tabela 7) são apenas correspondentes à aderência e evidenciação dos indicadores das diretrizes GRI da categoria "Sociedade" e, por isso, em alguns casos, foi atribuído o valor de 0%.

Além disso, de acordo com os resultados obtidos e, baseando-se nos estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007), foram considerados altos níveis de aderência (valores de GAPIE-GRI iguais ou superiores a 75%), os relatos de:

- Itaipu Binacional em 2009;
- Tractebel em 2010;
- EDP Brasil e Endesa Brasil em 2011 e
- EDP Brasil, Endesa Brasil, CPFL, Elektro, Itaipu Binacional e Petrobrás em 2012.

Já em relação ao grau de evidenciação efetiva – GEE, os resultados obtidos foram os seguintes:

**Tabela 7. Rankings GEE 2009 - 2012**

| 2009 | | | 2010 | | | 2011 | | | 2012 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | AES Eletropaulo | 50% | 1 | CPFL | 67% | 1 | EDP Brasil | 100% | 1 | EDP Brasil | 88% |
| 1 | AES Sul | 50% | 1 | Tractebel Energia | 67% | 2 | Endesa Brasil | 88% | 2 | Elektro | 75% |
| 1 | AES Tietê | 50% | 2 | CEMIG | 50% | 3 | Eletrobrás – Centrais elétricas | 50% | 2 | Endesa Brasil | 75% |
| 1 | CPFL | 50% | 2 | EDP Brasil | 50% | 3 | Itaipu Binacional | 50% | 3 | CTEEP | 50% |
| 1 | EDP Brasil | 50% | 2 | Eletrobrás – Centrais elétricas | 50% | 3 | Petrobrás | 50% | 3 | Itaipu Binacional | 50% |
| 1 | Itaipu Binacional | 50% | 3 | Endesa Brasil | 38% | 4 | Elektro | 38% | 3 | Petrobrás | 50% |
| 1 | Tractebel Energia | 50% | 4 | Elektro | 33% | 5 | CEMIG | 33% | 4 | Eletrobrás – Centrais elétricas | 38% |
| 2 | Elektro | 33% | 4 | Itaipu Binacional | 33% | 5 | CESP | 33% | 5 | CESP | 33% |
| 2 | Eletrobrás – Centrais elétricas | 33% | 4 | Petrobrás | 33% | 5 | CPFL | 33% | 5 | Light | 33% |
| 2 | Endesa Brasil | 33% | 5 | AES Eletropaulo | 17% | 5 | Light | 33% | 5 | Tractebel Energia | 33% |
| 2 | Light | 33% | 5 | CESP | 17% | 5 | Tractebel Energia | 33% | 6 | CEMIG | 25% |
| 2 | Petrobrás | 33% | 5 | CHESF | 17% | 6 | AES Eletropaulo | 17% | 6 | CHESF | 25% |
| 3 | COPEL | 20% | 5 | COPEL | 17% | 6 | AES Sul | 17% | 7 | AES Eletropaulo | 17% |
| 4 | CESP | 17% | 5 | CTEEP | 17% | 6 | CTEEP | 17% | 7 | AES Sul | 17% |
| 4 | CHESF | 17% | 5 | Light | 17% | 7 | AES Tietê | 0% | 7 | AES Tietê | 17% |
| 5 | CEMIG | 0% | 6 | AES Sul | 0% | 7 | CHESF | 0% | 8 | COPEL | 13% |
| 5 | CTEEP | 0% | 6 | AES Tietê | 0% | 7 | COPEL | 0% | 9 | CPFL | 0% |

Fonte: Elaborado pela autora.

Comparando-se a Tabela 7 com a Tabela 6, vê-se que ocorreram variações entre as posições que as organizações ocuparam em relação aos dois graus medidos, ou seja, para o mesmo ano, não necessariamente as organizações ocuparam as mesmas posições nos dois graus (GAPIE-GRI e GEE). Isso se deve ao fato da diferença entre os cálculos de cada grau, uma vez que no GAPIE-GRI é considerado o número de indicadores com omissão justificada, juntamente com o número de indicadores com aderência plena, para a composição do numerador da fórmula, o que é diferente no GEE, o qual considera apenas o número de indicadores com aderência plena.

Outro ponto importante é que, conforme as fórmulas dispostas por Dias (2006) e Carvalho (2007) sobre o cálculo do GAPIE-GRI e GEE, não são considerados os indicadores com aderência parcial, nos quais apenas parte das informações solicitadas pela GRI foi apresentada. Essa não consideração fez com que, apesar de relatarem parte do que foi pedido, as organizações que apresentaram aderência parcial para determinados indicadores não obtiveram pontos para os mesmos, o que fez com o graus GAPIE-GRI e GEE fossem menores.

Baseado nos estudos de Carvalho (2007), foram considerados altos graus de evidenciação efetiva (valores de GEE igual ou superiores a 75%) os relatos de:

- EDP Brasil e Endesa Brasil em 2011 e
- EDP Brasil, Elektro e Endesa Brasil em 2012.

## 5.2. Evolução dos graus GAPIE-GRI e GEE das organizações no período analisado

a) AES Eletropaulo

**Tabela 8. GAPIE-GRI e GEE da AES Eletropaulo no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 50% | 33% | 33% | 17% |
| GEE | 50% | 17% | 17% | 17% |

Fonte: Elaborado pela autora.

Através da Tabela 8, observa-se que houve quedas nas porcentagens obtidas tanto para o GAPIE-GRI, como para o GEE, no caso da AES Eletropaulo de 2009 para 2010. De 2010 para 2012, os valores de GEE mantiveram-se iguais e, em relação ao GAPIE-GRI, houve manutenção do valor de 2010 para 2011, seguido de queda em 2012.

b) AES Sul

**Tabela 9. GAPIE-GRI e GEE da AES Sul no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 50% | 0% | 33% | 17% |
| GEE | 50% | 0% | 17% | 17% |

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando a Tabela 9, observa-se que a AES Sul apresentou quedas nos valores dos dois graus medidos de 2009 para 2010, seguido de aumento de 2010 para 2011 e, de 2011 para 2012, houve nova queda no caso do GAPIE-GRI e manutenção do valor no caso do GEE.

c) AES Tietê

**Tabela 10. GAPIE-GRI e GEE da AES Tietê no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 50% | 33% | 17% | 17% |
| GEE | 50% | 0% | 0% | 17% |

Fonte: Elaborado pela autora.

A AES Tietê apresentou os níveis mais altos de GAPIE-GRI e GEE no primeiro ano do período (2009), seguido de quedas nos valores em 2010. Para o GAPIE-GRI, houve nova queda em 2011 e manutenção deste valor em 2012. Já para o GEE, houve manutenção do valor de 2010 também em 2011 e posterior elevação em 2012.

d) CEMIG

**Tabela 11. GAPIE-GRI e GEE da CEMIG no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 0% | 67% | 50% | 25% |
| GEE | 0% | 50% | 33% | 25% |

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos dados da Tabela 11, observa-se que a CEMIG iniciou o período de análises com 0% nos dois graus analisados para os indicadores da categoria “Sociedade”, mas obteve aumento no segundo ano do período, seguido de quedas a partir de 2011.

e) CESP

**Tabela 12. GAPIE-GRI e GEE da CESP no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 17% | 17% | 33% | 33% |
| GEE | 17% | 17% | 33% | 33% |

Fonte: Elaborado pela autora.

No caso da CESP, o GAPIE-GRI e o GEE obtiveram valores iguais entre si em todos os anos analisados, sendo 17% para ambos em 2009 e 2010 e 33% em 2011 e 2012. Sendo assim, a organização apresentou manutenção (2009 para 2010 e 2011 para 2012) e elevação (2010 para 2011) dos valores dentro desse período.

f) CHESF

**Tabela 13. GAPIE-GRI e GEE da CHESF no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 17% | 33% | 13% | 25% |
| GEE | 17% | 17% | 0% | 25% |

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a Tabela 13, observa-se que a CHESF teve, para o GAPIE-GRI, aumento de 2009 para 2010, seguido de queda em 2011 e novo aumento em 2012. Já para o GEE, houve manutenção do valor de 2009 para 2010, seguido de queda para 0% em 2011 e aumento para 25% em 2012.

g) COPEL

**Tabela 14. GAPIE-GRI e GEE da COPEL no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 20% | 17% | 0% | 13% |
| GEE | 20% | 17% | 0% | 13% |

Fonte: Elaborado pela autora.

A COPEL obteve, nos os quatro anos analisados, valores iguais para os dois graus entre si. Além disso, apresentou quedas de 2009 para 2010 e de 2010 para 2011. E, de 2011 para 2012, houve aumento nos valores de GAPIE-GRI e GEE.

h) CTEEP

**Tabela 15. GAPIE-GRI e GEE da CTEEP no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 0% | 17% | 17% | 67% |
| GEE | 0% | 17% | 17% | 50% |

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da Tabela 15, observa-se que a CTEEP obteve, em 2009, 0% para os dois graus medidos, passando para 17% o valor do GAPIE-GRI e GEE em 2010 e 2011, seguido de aumento em ambos os valores no ano de 2012.

i) EDP Brasil

**Tabela 16. GAPIE-GRI e GEE da EDP Brasil no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 50% | 50% | 100% | 88% |
| GEE | 50% | 50% | 100% | 88% |

Fonte: Elaborado pela autora.

A EDP Brasil obteve valores iguais para os dois indicadores entre si em todos os anos do período, sendo ambos 50% em 2009 e 2010, seguido de 100% em 2011 e 88% em 2012. Vale ressaltar que, em 2011 e 2012, a organização apresentou níveis considerados altos para ambos indicadores.

j) Elektro

**Tabela 17. GAPIE-GRI e GEE da Elektro no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 33% | 33% | 38% | 75% |
| GEE | 33% | 33% | 38% | 75% |

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a Tabela 17, a Elektro atingiu o valor de 33% nos anos de 2009 e 2010 tanto para o GAPIE-GRI como para o GEE. Em 2011, houve aumento, no qual ambos indicadores alcançaram o valor de 38% e, ao final do período, os dois graus atingiram o valor de 75% - considerado alto nível para ambos.

k) Eletrobrás

**Tabela 18. GAPIE-GRI e GEE da Eletrobrás no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 33% | 50% | 50% | 38% |
| GEE | 33% | 50% | 50% | 38% |

Fonte: Elaborado pela autora.

No caso da Eletrobrás, na qual os dois graus também obtiveram valores iguais entre si em todos os anos estudados, o período foi iniciado com 33%, seguido de aumento para 50% em 2010 e manutenção deste valor em 2011. Para finalizar, houve queda para 38% em 2012.

l) Endesa Brasil

**Tabela 19. GAPIE-GRI e GEE da Endesa Brasil no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 33% | 38% | 88% | 88% |
| GEE | 33% | 38% | 88% | 75% |

Fonte: Elaborado pela autora.

Através da Tabela 19, observa-se que a Endesa Brasil obteve aumento nos valores do GAPIE-GRI e do GEE de 2009 para 2010 e de 2010 para 2011, seguido de manutenção do valor de 2011 para 2012 no caso do GAPIE-GRI e queda, no caso do GEE. É importante ressaltar que, ambos indicadores obtiveram níveis altos em 2011 e 2012.

m) CPFL

**Tabela 20. GAPIE-GRI e GEE da CPFL no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 50% | 67% | 33% | 83% |
| GEE | 50% | 67% | 33% | 0% * |

Fonte: Elaborado pela autora.

* Para o ano de 2012, a CPFL considerou os indicadores SO2, SO3, SO4, SO5 e SO8 como não materiais e, sendo assim, apenas justificou essa consideração para o não relato dos mesmos. Dessa forma, foram classificados como omitidos com justificativa e, devido a isso, ocorreu a relevante diferença entre o GAPIE-GRI e GEE para este ano.

A CPFL obteve aumento no valor de ambos os graus de 2009 para 2010, seguido de queda (também em ambos) de 2010 para 2011 e, no ano de 2012, obteve aumento no caso do GAPIE-GRI (que foi considerado com nível alto neste ano) e diminuição no caso do GEE.

n) Itaipu Binacional

**Tabela 21. GAPIE-GRI e GEE da Itaipu Binacional no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 83% | 33% | 50% | 75% |
| GEE | 50% | 33% | 50% | 50% |

Fonte: Elaborado pela autora.

Como indica a Tabela 21, a Itaipu Binacional obteve queda nos dois graus de 2009 para 2010, seguido de aumento de 2010 para 2011 e, em 2012, novo aumento caso do GAPIE-GRI e manutenção do valor no caso do GEE. Em 2009 e 2012 a empresa obteve níveis considerados altos para o GAPIE-GRI.

o) Light

**Tabela 22. GAPIE-GRI e GEE da Light no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 33% | 17% | 33% | 33% |
| GEE | 33% | 17% | 33% | 33% |

Fonte: Elaborado pela autora.

A Light apresentou diminuição em ambos os graus de 2009 para 2010, seguido de aumento em 2011 e manutenção do valor em 2012 nos dois casos (GAPIE-GRI e GEE).

p) Petrobrás

**Tabela 23. GAPIE-GRI e GEE da Petrobrás no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 50% | 50% | 50% | 75% |
| GEE | 33% | 33% | 50% | 50% |

Fonte: Elaborado pela autora.

No caso da Petrobrás, o GAPIE-GRI apresentou o mesmo valor nos três primeiros anos e posterior aumento em 2012 – ano em que obteve nível considerado alto para este grau. Já para o GEE, a empresa manteve o mesmo nível em 2009 e 2010, apresentou aumento em 2011 e manteve este valor para 2012.

q) Tractebel

**Tabela 24. GAPIE-GRI e GEE da Tractebel no período 2009 - 2012**

| Grau / Ano | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| GAPIE-GRI | 67% | 83% | 50% | 50% |
| GEE | 50% | 67% | 33% | 33% |

Fonte: Elaborado pela autora.

A Tractebel obteve aumentos no GAPIE-GRI e GEE de 2009 para 2010, seguido de queda em ambos no ano de 2011 e manutenção deste valor em 2012. Ressalta-se que, para o ano de 2010, a organização obteve nível considerado alto para o GAPIE-GRI.

Através da análise das tabelas acima, pode ser observada a forma como evoluiu a aderência e evidenciação aos indicadores da GRI da categoria “Sociedade” pelas organizações estudadas. Apenas as empresas: CESP, CTEEP, Elektro e Petrobrás mantiveram o mesmo nível ou apresentaram aumento, não tendo nenhuma queda nos valores de GAPIE-GRI e GEE durante o período.

Considerando que, na maioria dos casos, os valores dos graus GAPIE-GRI e GEE não aumentaram ao longo dos anos analisados, as proposições de que as práticas de evidenciação dos indicadores estudados evoluiriam positivamente não foi confirmada.

### 5.3. Não utilização dos indicadores adicionais SO6 e SO7

Como informado anteriormente, os indicadores SO6 e SO7 não foram incluídos na análise dos graus GAPIE-GRI e GEE por serem indicadores adicionais (classificados desta forma nas duas versões: GRI-G3 e GRI-G3.1). Devido a isso, não são incluídos nas fórmulas de Dias (2006) e Carvalho (2007), as quais contemplam apenas os indicadores classificados como essenciais.

### 5.4. Classificação dos indicadores SO2, SO3, SO4 e SO8

Durante a análise dos relatórios e classificação dos indicadores na divisão feita por Dias (2006) em: aderência plena, aderência parcial, dúbio, inconsistente, não disponível, não aplicável, omitido com justificativa e omitido, houve dúvidas em relação ao modo de classificação dos indicadores SO2, SO3, SO4 e SO8 nos casos em que as organizações declararam não ter ocorrido os eventos mencionados por tais indicadores.

No que diz respeito aos indicadores SO2 e SO3, que tratam, respectivamente, da quantidade percentual de unidades avaliadas em relação a riscos de corrupção e percentual de trabalhadores que foram treinados com inciativas anticorrupção, algumas empresas afirmaram não utilizar tais medidas. Nestes casos, foram classificados como “omitidos com justificativa”, uma vez que a empresa declarou não ter realizado tais ações de prevenção à corrupção e, sendo assim, não se considerou que a organização foi aderente ao indicador.

Já para os indicadores SO4 e SO8, que dizem respeito às ações tomadas mediante os casos de corrupção (SO4) e multas significativas frente a não conformidades (SO8), nos casos em que as organizações declararam não ter ocorrido tais fatos (casos de corrupção ou multas e sanções), foram classificados como aderência plena, uma vez que a não ocorrência destes fatos é positivo para a organização. Além disso, segundo própria recomendação das diretrizes da GRI para o indicador SO8, em casos de não ocorrência de multas, uma breve explicação é suficiente para o relato deste indicador (GRI, 2006b; GRI, 2011).

## 5.5. Ações praticadas em benefício da comunidade externa

A partir da análise dos relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas estudadas, foi possível observar os tipos de ações que foram feitas em benefício da comunidade externa e que têm como um dos objetivos a minimização dos impactos negativos causados pelas operações das organizações.

Neste sentido, foram identificados dois grupos de ações: socioambientais (ações em benefício da comunidade externa e voltadas para questões sociais ou de preservação ambiental) e relacionadas com o próprio negócio (ações feitas também em benefício da comunidade, porém diretamente ligadas às atividades da organização).

Assim, podem ser citadas as seguintes ações socioambientais e empresas praticantes:

- relacionadas à educação: AES Eletropaulo, AES Sul, AES Tietê, CESP, CHESF, Elektro, Itaipu Binacional, Light, Petrobrás e Tractebel;

- relacionadas à cultura: AES Eletropaulo, AES Sul, AES Tietê, CESP, CHESF, COPEL, CTEEP, EDP Brasil, Elektro, Itaipu Binacional e Tractebel;

- relacionadas ao esporte: AES Eletropaulo, AES Sul, AES Tietê, EDP Brasil, Elektro e Itaipu Binacional;

- relacionadas à saúde: CESP, CHESF, EDP Brasil, Eletrobrás, CPFL, Light, Petrobrás e Tractebel;

- incentivo ao voluntariado: AES Eletropaulo, AES Sul, AES Tietê, CESP, CTEEP, EDP Brasil, Elektro, Eletrobrás e CPFL;

- parcerias com entidades locais: AES Eletropaulo, AES Sul, AES Tietê, CESP, EDP Brasil, Endesa Brasil, CPFL e Tractebel;

- preservação ambiental: COPEL, CTEEP, EDP Brasil, Eletrobrás, Itaipu Binacional, Light e Tractebel e

- relacionadas à agricultura: COPEL, Eletrobrás, Itaipu Binacional, Petrobrás e Tractebel.

Analogamente, seguem abaixo as ações relacionadas com o próprio negócio e respectivas organizações praticantes:

- segurança/eficiência energética: AES Eletropaulo, AES Sul, AES Tietê, CHESF, COPEL, CTEEP, EDP Brasil, Elektro, Endesa Brasil, CPFL, Light e Petrobrás;

- diálogo com a comunidade (visitas, reuniões e comunicados): CEMIG, CESP, EDP Brasil, Eletrobrás, Endesa Brasil, CPFL e Tractebel;

- reassentamentos: CESP, COPEL e CPFL;

- investimentos na infraestrutura local: CESP, Light e Petrobrás;
- cadastro de clientes que estão em situações especiais: Elektro e Endesa Brasil e
- controle de ruídos: Elektro, Endesa Brasil e Petrobrás.

As ações acima descritas podem ser analisadas com base na divisão feita por Carrol (1999) a respeito dos tipos de responsabilidades das organizações perante a sociedade, citadas no item 3.1 deste trabalho.

As ações relacionadas à segurança e eficiência energética e investimentos na infraestrutura local correspondem à responsabilidade econômica, que traduz a responsabilidade das organizações de produzir bens e serviços que a sociedade demanda, e comercializá-los de modo a gerar lucros (CARROL, 1999).

O controle de ruídos, reassentamentos e preservação ambiental fazem parte da responsabilidade legal das empresas, na qual estas devem realizar suas atividades de acordo com as regras e requisitos estabelecidos pelas leis e sistema jurídico (CARROL, 1999).

Em relação às ações de diálogo com a comunidade e cadastro de clientes que estão em situações especiais, enquadram-se na responsabilidade ética, que corresponde a trabalhar através de comportamentos éticos, hábitos justos, que vão além de imposições legais (CARROL, 1999).

Já as ações relacionadas à educação, cultura, esporte, saúde, auxílio a agricultores, incentivo ao voluntariado e parcerias com entidades locais correspondem à responsabilidade filantrópica ou discricionária, que diz respeito a comprometer-se com ações para promoção do bem-estar e normas sociais (CARROL, 1999). Entretanto, de acordo com Melo Neto e Froes (2001), a responsabilidade social deve ser entendida diferentemente da filantropia, considerando-se que a responsabilidade social busca realizar ações coletivas em prol da cidadania, necessita de gerenciamento e faz parte das ações estratégicas da organização, enquanto que a filantropia é uma ação individual de auxílio à comunidade, como forma de caridade, não necessita de gerenciamento e não presume retorno para a organização.

## 5.6. Questões sociais externas das empresas com altos níveis de GAPIE-GRI e GEE

Como citado ao final do item 5.1 deste trabalho, algumas organizações apresentaram níveis considerados altos para os graus GAPIE-GRI e GEE de acordo com os estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007). Desse modo, foram selecionadas aquelas que apresentaram níveis considerados altos (acima de 75%) para ambos indicadores em um determinado ano do

período 2009-2012. Assim, será feita uma descrição das questões sociais externas das empresas EDP Brasil, Elektro e Endesa Brasil.

**a) EDP Brasil:**

Segundo o site da EDP Brasil, a aplicação do conceito de sustentabilidade na organização está aliada ao de inovação, formando a ideia chamada de "inovabilidade", a qual busca aliar os avanços e inovações tecnológicas, com o desenvolvimento do negócio de forma sustentável e de modo a possibilitar geração e compartilhamento de valor com os *stakeholders*.

Outro ponto relevante são os investimentos na questão da eficiência energética, que correspondem a 0,5% das receitas operacionais líquidas (conforme regulamentado pela ANEEL) e que têm como objetivo a diminuição do desperdício de energia, conscientização sobre utilização segura da rede elétrica e uso de aparelhos mais eficientes (EDP Brasil, 2015).

Também há no site da empresa o chamado "Canal de Sustentabilidade", que é uma plataforma que busca interagir com *stakeholders* e na qual podem ser enviadas dúvidas ou sugestões sobre as mais diversas áreas de atuação da organização (EDP Brasil, 2015).

Além disso, a partir da análise dos relatórios de sustentabilidade da EDP Brasil, foram identificadas ações nas áreas de: cultura, esporte, saúde, preservação ambiental, parcerias com entidades locais e incentivo ao voluntariado.

**b) Elektro:**

A Elektro afirma se comprometer, além do relato de suas práticas seguindo as diretrizes da GRI, com as iniciativas do Pacto Global (desde 2007), Promoção da Economia Verde e Inclusiva (ideia iniciada no encontro Rio+20), Empresa Amiga da Criança – em parceria com a Fundação Abrinq (desde 2000) e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ELEKTRO, 2015).

Além disso, a empresa criou, em 2003, o Instituto Elektro, o qual é considerado uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), cujos projetos são voltados para as áreas de: educação, voluntariado e meio ambiente. O objetivo deste instituto é a contribuição para o desenvolvimento das comunidades nas quais a Elektro atua (ELEKTRO, 2015).

A organização também possui projetos de eficiência energética, que têm como objetivo a redução do desperdício energético, preservação dos recursos naturais, conscientização da sociedade sobre o uso da energia, além da contribuição para o desenvolvimento dos locais de atuação da empresa (ELEKTRO, 2015).

A partir da análise dos relatórios da Elektro foram identificadas também, ações sociais nas áreas de: cultura, esporte, cadastro de clientes em situações especiais e controle de ruídos.

**c) Endesa Brasil**

As operações da Endesa no Brasil são guiadas, desde 2005, pelos "Sete compromissos para o Desenvolvimento Sustentável" que rege as operações da Endesa e incorporados a nível global. Com base nesses compromissos, as ações da Endesa Brasil buscam: satisfação dos clientes, qualidade dos serviços, gestão dos colaboradores como desenvolvimento de competências, geração de rentabilidade aos acionistas da organização e melhoria da imagem organizacional (ENDESA Brasil, 2015).

Os sete compromissos são relacionados à: conduta da organização, acionistas, sociedade, clientes, pessoas, meio ambiente e inovação e criatividade. Além disso, estão divididos nas três dimensões: ambiental, econômica e social, sendo que alguns estão inseridos em mais de uma dimensão (ENDESA Brasil, 2015).

A Endesa Brasil também se comprometeu, em 2005, com os 10 princípios do Pacto Global, seguindo a iniciativa mundial da Endesa a respeito da promoção do desenvolvimento sustentável em todos os locais onde possui operações. Neste sentido, a organização também passou a apoiar os Oito Objetivos do Milênio (ENDESA Brasil, 2015).

Além destas ações, também foram identificadas nos relatórios da Endesa Brasil, participações nas seguintes áreas: parcerias com entidades locais, capacitação profissional, segurança/eficiência energética, diálogo com a comunidade, cadastro de clientes em situações especiais e controle de ruídos.

## 6. CONCLUSÃO

Frente à crescente cobrança dos consumidores e sociedade a respeito do papel das organizações na busca pelo desenvolvimento sustentável, a preocupação e investimento na publicação de relatórios de sustentabilidade têm crescido e fazendo com que sejam cada vez mais utilizados como ferramenta de comunicação das atividades da organização seguindo os pilares: econômico, social e ambiental (GOND; HERRBACH, 2006; ROCA; SEARCY, 2012).

Desse modo e, considerando o reconhecimento em escala mundial das diretrizes para a construção de relatórios elaboradas pela GRI, este trabalho buscou analisar as publicações das empresas do setor de energia brasileiro que seguiram tais diretrizes no período de 2009 a 2012, especificamente no que diz respeito aos indicadores da categoria "Sociedade". Para a realização de tal análise foram utilizados os cálculos dos graus GAPIE-GRI e GEE, propostos por Dias (2006) e Carvalho (2007), respectivamente e, teve-se como proposições iniciais o possível aumento de tais graus ao longo do período analisado.

A partir da análise e cálculo dos graus GAPIE-GRI e GEE, verificou-se que, de modo contrário ao esperado pelas proposições, bem como a estudos anteriores que trataram da aderência das empresas operantes no Brasil às diretrizes da GRI, a maioria das organizações que fizeram parte da amostra não apresentou aumento durante os anos do período estudado – apenas parte delas mantiveram o nível ou aumentaram: CESP, CTEEP, Elektro e Petrobrás. Tais empresas foram as únicas, dentre as 17 que compuseram a amostra, que não apresentaram quedas nos valores dos graus em nenhum momento do período de 2009 a 2012 (MELO, 2013).

Dessa forma, cabe reflexão a respeito dos possíveis motivos pelos quais, apesar do aumento da preocupação das organizações em relação à divulgação de suas iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável e à aderência das diretrizes da GRI cada vez maior, não se obteve aumento dos níveis de aderência e evidenciação efetiva no que tange aos indicadores da categoria "Sociedade" (PERRINI; TENCATI, 2006; GRI 2014b).

Neste sentido, o presente trabalho mostrou que, apesar da crescente utilização dos relatórios como forma de comunicação das organizações para a sociedade e do aumento do uso das diretrizes da GRI como base para a elaboração de tais relatórios, no caso das empresas do setor de energia brasileiro, não houve, na maioria dos casos, aumento na aderência e evidenciação efetiva dos indicadores da categoria "Sociedade", o que torna propícia a análise por parte dos gestores das organizações estudadas, de modo a atentar para este grupo de

indicadores e às ações externas nele representadas. Além disso, abre-se caminho para os estudos relacionados a ações sociais externas e sua evidenciação nos relatórios de sustentabilidade, bem como para a análise das práticas de evidenciação de determinados setores de empresas em relação a grupos específicos de indicadores, o que pode diferir das análises que enquadram todos os indicadores que compõem as diretrizes da GRI.

Assim, para futuros estudos, podem ser investigados tais motivos, através de pesquisas qualitativas junto às organizações estudadas, a fim de identificar os fatores determinantes – sejam eles relacionados às diretrizes da GRI, que podem estar sendo ou não eficazes para o relato feito pelas organizações no que diz respeito a esse grupo de indicadores, ou relacionados aos próprios investimentos das empresas, a fim de identificar se estão sendo direcionados de forma diminuída para as áreas abrangidas pelos indicadores da categoria "Sociedade": ações voltadas à comunidade, minimização de impactos das operações, prevenção e combate à corrupção, políticas públicas e conformidades com regulamentações.

## 7. REFERÊNCIAS

ABRADEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. **Visão Geral do Setor.** 2014. Disponível em: <http://www.abradee.com.br/setor-eletrico/visao-geral-do-setor>. Acesso em 30 out. 2014.

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas 2009.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Institucional**. 2014. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=636>. Acesso em 30 out. 2014.

BARBIERI, J.C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Edição Revisada e Ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGATO, I. R. et al. Produção de açúcar e álcool vs. responsabilidade social corporativa: as ações desenvolvidas pelas usinas de cana-de-açúcar frente às externalidades negativas. **Gestão & Produção**, v. 15, n. 1, p. 89-100, jan.-abr., 2008.

CARROL, A. B. Corporate Social Responsability: evolution of a definitional construct. **Business & Society**. v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

CARVALHO, F. M. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas latino-americanas**. Dissertação de Mestrado do programa de Pós graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Adiministração e Ciencias Contáveis da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, M. A. N. Public Policies and Social Private Investment in Contemporary Brazil. **Social Responsibility Journal.**v. 3, n. 1, p. 68-73, mar., 2007.

DIAS, L. N. S. **Análise da utilização dos indicadores do Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras**. Dissertação de Mestrado do programa de Pós graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Adiministração e Ciencias Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

EDP Brasil. **Inovação e Sustentabilidade**. 2015. Disponível em: <http://www.edp.com.br/inovacao-sustentabilidade/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 13 mai. 2015.

ELEKTRO. **Sustentabilidade Compromissos**. 2015. Disponível em: <http://www.elektro.com.br/sustentabilidade/compromissos>. Acesso em 13 mai. 2015.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks:** The triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone, 1997.

ELKINGTON, J. **A teoria dos três pilares**. Tradução de Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: Makron Books, 2001.

ENDESA Brasil. **Políticas Sociais e Ambientai**s. 2015. Disponível em: <http://www.endesabrasil.com.br/Default.aspx?id=112&strLang=pt>. Acesso em:13 mai. 2015.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética. **Balanço Energético Nacional 2014**: Ano base 2013. Rio de Janeiro: EPE, 2014.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética. **Banco de Indicadores de Eficiência Energética**. Rio de Janeiro: EPE, 2013.

FREEMAN, R. E. **Strategic management**: a stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOND, J.; HERRBACH, O. Social reporting as an organizational learning tool? A theoretical framework. **Journal of Business Ethics**, vol. 65(4), p. 359-371, 2006.

GRI - Global Reporting Initiative. **About GRI**. 2014a. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/Information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em 27 out. 2014.

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão**. 2013. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf> Acesso em: 25 abr. 2015.

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. 2006a. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazil-Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. 2011. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>. Acesso em: 27 out. 2014.

GRI – Global Reporting Initiative. **Indicator Protocol Set Society**. 2006b. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G3-Society-Indicator-Protocols.pdf>. Acesso em 21 abr. 2015.

GRI – Global Reporting Initiative. **Sustainability Disclosure Database**. 2014b. Disponível em: < http://database.globalreporting.org/search>. Acesso em: 30 out. 2014.

GRI – Global Reporting Initiative. **What is GRI?** 2015. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-GRI/Pages/default.aspx>. Acesso em 15 mar. 2015.

GRIESSE, M. A. The geographic, political, and economic contexts for corporate social responsibility in Brazil. **Journal of Business Ethics**, vol. 73, p. 21–37, 2007.

IEA-International Energy Agency. **World Energy Outlook**, 2013.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Ferramentas para avaliar e relatar o progresso das empresas rumo à sustentabilidade.** 2013. Disponível em: < http://www3.ethos.org.br/cedoc/ferramentas-para-avaliar-e-relatar-o-progresso-das-empresas-rumo-a-sustentabilidade/#.VE73zfnF-bk> . Acesso em 27 out. 2014.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007**. Coordenação da versão 2007 de Ana Lúcia de Melo Custódio e Renato Moya. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.
INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Sobre o Instituto**. 2014. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.VE7mO_nF-bk>. Acesso em 27 out. 2014.

MELO, M. S. **Indicadores sociais de responsabilidade social corportativa: análise da utilização no contexto brasileiro**. Dissertação de Mestrado do programa de Pós graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2013.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: O caso brasileiro. Da filantropia tradicional à filantropia do alto rendimento e ao empreendedorismo social. 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MME – Ministério de Minas e Energia. **Histórico do Ministério de Minas e Energia**. 2014. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/menu/institucional/ministerio.html>. Acesso em 30 out. 2014.

OLIVEIRA, M. A. S. et al. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. **Production**, v. 24, n. 2, p. 392-404, abr./jun., 2014.

PEREIRA, S. L. G. Os Investimentos das Indústrias Farmacêuticas Brasileiras em Programas Sociais: uma análise dos indicadores sociais de 2006. **Saúde e Sociedade.** São Paulo, v.18, n.1, p.19-28, 2009.

PERRINI, F.; TENCATI, A. Sustainability and stakeholder management: The need for new corporate performance evaluation and reporting systems. **Business Strategy and the Environment**, vol. 15(5), p. 296-308, 2006.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating Shared Value. **Harvard Business Review**. v. 89, n 1/2, p. 62-77, jan. – feb., 2011.

ROCA, L. C.; SEARCY, C. An Analysis of Indicators Disclosed in Corporate Sustainability Reports. **Journal of Cleaner Production**, v. 20, p.103-118, 2012.

SOUSA, L. A. **Um estudo sobre o processo de institucionalização da responsabilidade social empresarial: estudo multicaso em montadoras de automóveis instaladas no Brasil e em Portugal.** Tese de Doutorado do programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

## ANEXO A. Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade GRI-G3. GRI, (2006)

### ASPECTO: COMUNIDADE

ESSENCIAL **S01** Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.

### ASPECTO: CORRUPÇÃO

ESSENCIAL **S02** Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.

ESSENCIAL **S03** Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.

ESSENC. **S04** Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.

### ASPECTO: POLÍTICAS PÚBLICAS

ESSENC. **S05** Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e *lobbies*.

ADICIONAL **S06** Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.

### ASPECTO: CONCORRÊNCIA DESLEAL

ADICIONAL **S07** Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.

### ASPECTO: CONFORMIDADE

ESSENCIAL **S08** Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.

**ANEXO B. Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade GRI-G3.1. GRI, (2011)**

**ASPECTO: COMUNIDADES LOCAIS**

ESSENCIAL **S01** Percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento.

ESSENCIAL **S09** Operações com impactos negativos significativos potenciais ou reais nas comunidades locais.

ESSENCIAL **S010** Medidas de prevenção e mitigação implementadas em operações com impactos negativos significativos potenciais ou reais em comunidades locais .

**ASPECTO: CORRUPÇÃO**

ESSENCIAL **S02** Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.

ESSENCIAL **S03** Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.

ESSENC. **S04** Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.

**ASPECTO: POLÍTICAS PÚBLICAS**

ESSENC. **S05** Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e *lobbies*.

ADICIONAL **S06** Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.

**ASPECTO: CONCORRÊNCIA DESLEAL**

ADICIONAL **S07** Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.

**ASPECTO: CONFORMIDADE**

ESSENCIAL **S08** Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.

**ANEXO C. Indicadores da Categoria Sociedade – versão GRI-G4 (GRI, 2013)**

Total de indicadores: 11

Aspecto: Comunidades Locais – Indicadores G4-SO1 e G4-SO2

G4-SO1: "Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local" (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 76).

G4-SO2: "Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais" (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 77).

Aspecto: Combate a corrupção – Indicadores G4-SO3; G4-SO4 e G4-SO5

G4-SO3: "Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados" (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 77).

G4-SO4: "Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção" (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 77).

G4-SO5: "Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas" (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 77).

Aspecto: Políticas Públicas – Indicador G4-SO6

G4-SO6: "Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário" (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 78).

Aspecto: Concorrência Desleal – Indicador G4-SO7

G4-SO7: "Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados" (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 78).

Aspecto: Conformidade – Indicador G4-SO8

G4-SO8: “Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos” (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 78).

Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade – Indicadores G4-SO9 e G4-SO10

G4-SO9: “Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade” (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 79).

G4-SO10: “Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito” (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 79).

Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade – Indicador G4-SO11

G4-SO11: “Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal” (GRI, 2013. Diretrizes para relato de sustentabilidade – Princípios para relato e conteúdos padrão, p. 79).